

Revista



FETAPE

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Publicação da Federação dos
Trabalhadores na Agricultura
do Estado de Pernambuco

Filiada à CONTAG e à CUT

Edição Especial
Novembro | 2012



A FORÇA QUE VEM DO CAMPO

DIRETORIA DA FETAPE

- Diretor Presidente**
Doriel Barros
- Diretora Vice-Presidenta**
Maria Aparecida de Melo (Mulica)
- Diretora de Finanças e Administração**
Cícera Nunes da Cruz
- Diretor de Organização e Formação Sindical**
Adelson Freitas Araújo
- Diretor de Política Salarial**
Paulo Roberto Rodrigues Santos
- Diretor de Política Agrícola**
Israel Crispim Ramos
- Diretor de Política Agrária e Meio Ambiente**
Eraldo José de Souza
- Diretora de Política para as Mulheres**
Maria Severina de França (Sílvia)
- Diretora de Política para a Juventude**
Adriana do Nascimento Silva
- Coordenação da Terceira Idade**
José Rodrigues da Silva
- Coordenação de Meio Ambiente**
Antônio Francisco da Silva (Ferrinho)

EXPEDIENTE

A revista Fetape 50 anos – a força que vem do campo é uma publicação coordenada pela Diretoria Executiva da Federação

Matérias produzidas pela Assessoria de Comunicação da Fetape
Ana Célia Floriano, Ronaldo Patrício e Andréa Cantarelli (estagiária). Com contribuições de Edson Peixoto Jr.

Artigos
Diretoria Executiva e Assessorias

Edição
Ana Célia Floriano (DRT/PE 2356)

Colaboração
Polos Sindicais e STTRs

Fotos Gerais
Arquivo Fetape, PDHC, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Fotos Depoimentos Parceiros
Arquivo Fetape e Centro Sabiá, assessorias, BB, ICN, Ceplan, Pedro Eugênio, CUT/PE, Gabinete do Deputado Manoel Santos, Gabinete do Deputado Humberto Costa e Portal Águas Belas

Revisão Ortográfica
Neide Mendonça

Agradecimento
A todos/as os/as trabalhadores e trabalhadoras rurais

Projeto Gráfico e Diagramação
Via Design Criação Estratégica

Impressão
Gráfica Provisual

Tiragem
2000 exemplares

Sede da Fetape
Rua Gervásio Pires, 876, Boa Vista,
CEP: 50050-070 – Recife – PE.
Fone: (81) 3421-1222.
E-mail: fetape@fetape.org.br.
Site: www.fetape.org.br



Editorial

Ao celebrarmos meio século de história, reafirmamos o nosso compromisso com as lutas de trabalhadores e trabalhadoras rurais por uma vida digna e justa no campo. Temos a consciência de nossas conquistas, mas também a clareza dos nossos desafios. Não podemos aceitar que o momento de desenvolvimento vivenciado por nosso país, especialmente pelo nosso estado, não chegue ao campo com a mesma força que ocorre na área urbana. Por outro lado, só acreditamos no desenvolvimento sustentável, que respeite o meio ambiente, as gerações e os gêneros, que considere as diferenças regionais, que fortaleça os direitos dos/as agricultores/as familiares e dos/as assalariados/as rurais.

Nesta revista especial dos 50 anos da Fetape, 50 anos do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, as nossas conquistas serão expressas pela “voz” do trabalhador e da trabalhadora rural, por dirigentes e parceiros. A nossa história também será contada por meio de artigos que, com certeza, não darão conta de todos os momentos de nossa caminhada, mas falam de etapas relevantes.

Ao registrarmos o passado e flashes do nosso presente, olhamos para a frente, com a certeza de que não poderemos construir o futuro do campo sozinhos/as. Temos um Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, mas precisamos implementá-lo e, para isso, contamos com a ajuda principalmente do conjunto do Movimento Sindical Rural, mas também dos/as nossos/as parceiros/as. Convocamos, ainda, o poder público e a sociedade em geral para potencializar essa luta. Somente juntos/as, poderemos promover as mudanças necessárias. Como diz um poeta popular “o futuro está nas mãos do que está nas mãos da gente”.

Doriel Barros
Presidente da Fetape



Sumário

4
Mobilizações ampliam conquistas

6
Com organização, trabalhadores/as rurais resistem, lutam e transformam a realidade

8
Uma reforma agrária possível!

11
Agricultores/as familiares mostram capacidade de diversificar a produção

13
Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais: por igualdade de direitos

16
Direitos conquistados, direitos assegurados

19
Sustentabilidade garante autonomia do Movimento Sindical Rural



22
Um Movimento que (trans)Forma

24
Jovens assumem corresponsabilidade pela luta por qualidade de vida no campo



26
Relação do MSTTR com o idoso rural: um respeito necessário

28
Seca: um fenômeno antigo, uma convivência possível

30
Mais do que uma casa, um espaço de vida digna

31
Uma História de Lutas e Conquistas



Mobilizações ampliam conquistas

Ao longo desses 50 anos, o instrumento da mobilização foi utilizado, diversas vezes, para garantir vida no campo com dignidade. Não é à toa que os últimos lemas usados pela Federação: “Juntos somos mais fortes” e “A Força que vem do campo”, só fazem reforçar essa teoria.

Foi assim, desde o início, quando a articulação de ações ajudou a fundar os primeiros Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) no estado, no final dos anos 50. Já em 1963, com a Fetape reconhecida e alguns Sindicatos organizados, foi realizada a primeira grande greve dos canavieiros. Desde então, o MSTTR percebeu que só por meio de uma forte organização e uma boa articulação com diferentes segmentos, como a Igreja Católica e outros movimentos sociais, por exemplo, é possível garantir uma mobilização que ajude a sensibilizar a opinião pública e pressionar os governantes e a classe patronal a tomarem medidas que assegurem ao homem à mulher do campo o acesso a melhores condições de vida e trabalho.

O secretário de Organização e Formação do STTR de Brejo da Madre de Deus, localizado no Polo Sindical do Agreste Central, José Jaelson da Silva Araújo, percebe que essa força que o Movimento tem para mobilizar e articular é o que garante novas ações e políticas públicas para o campo. “Conquistamos o Pronaf, o Programa de Habitação Rural e o Programa de Aquisição de Alimentos, PAA. Se não fossem essas lutas, hoje, o trabalhador e a trabalhadora rural não teriam garantidos tantos direitos”, destaca.

Para Jaelson, os Sindicatos e os Polos Sindicais têm um papel estratégico em momentos como os Gritos da Terra Brasil, Nordeste e Pernambuco, e a Marcha das Margaridas. “As articulações feitas na base, em cada Sindicato e em cada zona rural dos municípios são fundamentais para fortalecer as grandes mobilizações”.

Quem também reafirma a ideia de que “juntos somos mais fortes” é a ex-diretora da Fetape e hoje secretária de Finanças do STTR de

Caruaru, localizado no mesmo Polo Sindical, Maria José de Carvalho (Mariquinha). Ela avalia que as grandes mobilizações organizadas pela Federação serviram para garantir a criação e o acesso às políticas públicas. “Lembro que, desde o espaço reservado à sociedade civil para elaborar propostas para a Constituição Federal, em 1988; até a garantia da Previdência Social, com salário mínimo integral para o trabalhador e a trabalhadora rural, aposentadoria para mulheres e homens do campo e a garantia do salário-maternidade para as trabalhadoras rurais, a Fetape sempre esteve presente”, conta.

Para Mariquinha, o MSTTR de Pernambuco tem o poder de mobilizar, propor e encaminhar, e isso é um marco importante. “Até agora, em nível nacional, o Movimento sempre pautou melhorias, seja na luta dos assalariados, ou pela reforma agrária, seja na luta dos agricultores familiares. E, hoje, tem as lutas de gênero, da juventude e da terceira idade, que são pautas mais recentes”, acrescenta.

Avanços

Na avaliação do presidente da Fetape, Doriel Barros, o MSTTR, ao longo desses 50 anos, vem pautando os governos com propostas concretas de políticas públicas e ações estruturantes, a exemplo da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fruto da pauta apresentada pelos movimentos sindicais do Brasil, onde Pernambuco esteve envolvido diretamente. “Aqui, o Movimento contribuiu, por exemplo, para estruturar o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco, Iterpe, dando-lhe um formato que atendessem às famílias do campo, de uma melhor forma”.

No final de 2010, uma articulação entre os movimentos de luta pela terra de Pernambuco, dentre eles, a Fetape, cobrou do governo a criação de um órgão que atendessem, especificamente, o segmento da agricultura familiar. Em janeiro de 2011, foi oficializada a Secretaria Executiva da Agricultura Familiar (Seaf).

A Fetape propõe e monitora

Atualmente, diante da grande seca vivenciada por Pernambuco, a Fetape vem pautando, junto aos governos do Estado e Federal, um conjunto de ações emergenciais e estruturantes. Essa articulação fez com que, ao lançar o programa Chapéu de Palha Estiagem, para as famílias atingidas pela falta d’água, na região Semiárida, o Governo reconhecesse, publicamente, que tomou essa decisão atendendo a uma reivindicação da Federação.

A Fetape, em conjunto com os STTRs, realizou, também, mobilizações em vários pontos do Sertão, o que contribuiu para chamar a atenção do Estado e da sociedade para o grave problema vivenciado por milhares de famílias.

Olhando para o passado, Doriel lembra que as articulações e mobilizações em torno do fenômeno da

seca, como ocupações que foram feitas na Sudene, resultaram em alguns programas e ações importantes. “As mobilizações tiveram e sempre terão um papel central para as nossas conquistas, porque esse é o principal instrumento que o Movimento Sindical tem para poder lutar para que as nossas reivindicações realmente aconteçam”, analisa.

Para construir qualquer pauta de reivindicações no MSTTR de Pernambuco, são realizados encontros regionais, com os/as dirigentes sindicais, seguido de um estadual, onde são levantadas, discutidas e aprovadas propostas de interesse das populações do campo, respeitando suas diferenças.

Uma das forças do Movimento Sindical Rural de Pernambuco está na sua capacidade de articulação com outros movimentos sociais. Isso tem garantido um maior poder de mobilização, para que sejam implementados diversos programas e projetos, que têm contribuído para que o homem e a mulher permaneçam no campo, evitando a migração para as grandes cidades.

“Mesmo com esta grande estiagem, o campo vive uma condição diferente de períodos passados, quando a população saqueava as feiras livres, em busca de alimento para matar a fome. Hoje, por causa das nossas lutas, os programas e projetos vêm conseguindo assegurar alimentação às famílias que vivem no campo. É evidente que, se não fossem as mobilizações em busca de políticas, não haveria esse número de trabalhadores e trabalhadoras ainda vivendo nas áreas rurais”, avalia Doriel.

Segundo ele, o desafio, agora, é fazer com que os governos implementem medidas estruturadoras, dotando as propriedades rurais com todos os recursos necessários, para que, em momentos de estiagem como o que está sendo vivenciado atualmente, seja possível assegurar as condições reais de essas famílias conviverem e produzirem no Semiárido”, conclui.

Sob o olhar dos/as parceiros/as



“A comemoração dos 50 anos da Fetape é um momento muito significativo para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. A história construída mostra não só as dificuldades vividas, mas as grandes conquistas que os trabalhadores tiveram. É preciso resgatar essa história, sobretudo para a juventude, para preparar novos militantes para dar continuidade a essa luta.”

Manoel Santos
Deputado Estadual



“É motivo de muita emoção para mim testemunhar as comemorações dos 50 anos da Fetape na condição de governador de Pernambuco. A história de luta da entidade em defesa dos trabalhadores rurais se confunde com a do nosso campo político. Por isso, desde 2007, temos trabalhado em parceria para melhorar a vida do homem do campo, oferecendo-lhe mais assistência técnica e iniciativas como o Chapéu de Palha. Um grande abraço a todos que fazem a Fetape.”

Eduardo Campos
Governador de Pernambuco

Com organização, trabalhadores e trabalhadoras rurais resistem, lutam e transformam a realidade

A vida do canavieiro e da canaveira não é fácil, mas só com organização e com as lutas do Movimento Sindical Rural por melhores condições de vida e de trabalho, essas pessoas conquistaram vários direitos e têm uma expectativa de melhorar sua qualidade de vida.



Corte de cana, trato da terra, plantio, entressafra, safra. Essas palavras fazem parte da vida de Sônia Maria da Silva, 46 anos, canaveira. Com seu trabalho duro, suado, ela sempre sustentou sua família. “É o que sei fazer”, diz a trabalhadora. Com sete filhos criados com o seu salário, hoje, ela é a única mulher que atua nessa atividade na Usina Bulhões, em São Lourenço da Mata, no Polo Sindical da Mata Norte.

Quando Sônia começou a trabalhar, em 1980, o Movimento Sindical Rural já havia iniciado sua luta por melhores condições salariais e sociais para a categoria. A primeira greve foi em 1963, e terminou com o “Acordo do Campo”, um marco nas conquistas junto ao patronato. Em 1979, outra grande mobilização feita pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) e 24 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) conseguiu 60% de aumento salarial.

Sônia não participou dessas primeiras lutas, mas, por ter sido

beneficiada por elas, reconhece o valor do Movimento Sindical. Este ano, por exemplo, a trabalhadora gostou do novo salário de R\$ 660, conquistado, depois de vários dias de negociação, durante a 33ª Campanha Salarial 2012/2013. “Se eles dessem mais um pouco, seria melhor, mas tá bom. Vou pedir a Deus para eles aumentarem ainda mais no outro ano da campanha”.

Uma cesta básica com feijão, farinha, arroz, macarrão, manteiga, bolacha, leite e café tem sido de grande importância para a família de Sônia. Os produtos são fornecidos pela usina empregadora, mas foi resultado da luta do Movimento Sindical Rural. “Tem também o abono de filho, que me ajudou muito”, lembra a assalariada, quando fala das dificuldades que enfrentou para, sozinha, criar seus sete filhos.

Ela sabe cortar cana, mas sua experiência é maior com o trato e limpeza da terra, no período da entressafra. Trabalhando apenas entre homens, Sônia lamenta a gran-

de discriminação das usinas com as mulheres e acredita ser por causa do custo elevado da licença maternidade e abono para filhos. Na Convenção Coletiva 2011/2012, uma cláusula sobre mão de obra feminina, trata do compromisso que os empregadores devem ter com a ampliação dessas contratações.

“A qualidade de vida do canavieiro e da canaveira melhorou muito, desde o início dessa atividade, que era comparada ao trabalho escravo, já que os trabalhadores viviam ‘presos’, pois o pouco que ganhavam, gastavam com o que consumiam nas próprias usinas e, quando vinha o final do mês, ainda ficavam devendo aos patrões”, lembra o presidente do Sindicato de São Lourenço da Mata, Antônio Ferreira da Nóbrega.

Hoje, cada trabalhador tem sua casa e vive do seu salário. Assim, cada vez mais independentes, e com a luta dos Sindicatos e da Fetape para melhorar suas condições trabalhistas e sociais, os canavieiros e canaveiras mostram a força da organização.

Campanhas e Convenções

A Convenção Coletiva é, atualmente, o principal instrumento de garantia da implementação das decisões que são tomadas, todos os anos, durante as Campanhas Salariais, coordenadas pela Fetape, juntamente com os STTRs. As Campanhas realizadas pelas categorias envolvem várias etapas, que vão desde a preparação dos representantes e elaboração da pauta, até as negociações com a classe patronal. Canavieiros e canaveiras da Zona da Mata e trabalhadores/as da hortifruticultura do Vale do São Francisco, no Polo Sindical do Sertão do São Francisco, são exemplos de organização.

ZONA DA MATA: 33 Campanhas, 33 Convenções

Amaro Biá é sócio-fundador e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreiros, no Polo Sindical da Mata Sul. Ao falar dos avanços vivenciados pelos assalariados e assalariadas, ele lembra como eram as relações entre o patronato e os/as trabalhadores/as, antes das Convenções Coletivas: “as tarefas e as horas eram disciplinadas pelo patronato, o trabalhador era discriminado, os direitos não eram cumpridos e não existiam férias, indenizações ou repouso”.

Trabalhador canavieiro, “do corte e da limpa”, Amaro vivenciou todas as dificuldades da classe, e vê, na organização dos/as assalariados/as, por meio dos Sindicatos e da Fetape, o segredo das conquistas do Movimento. “Hoje, temos vários motivos para comemorar esses 50 anos da Fetape, porque os trabalha-

dores e trabalhadoras passaram a ser respeitados pelos patrões”. Dentre os avanços, ele destaca a tabela de tarefas e o salário unificado.

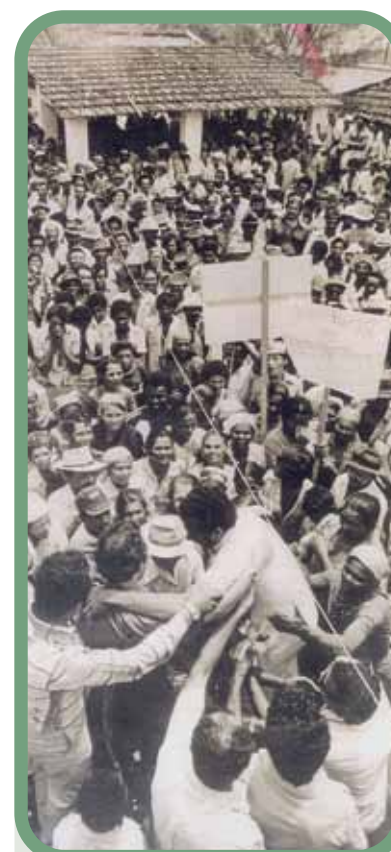
Vale do São Francisco

Os/as assalariados/as da hortifruticultura, em Petrolina, contam com sua Convenção Coletiva desde 1994. As Campanhas do Vale são trabalhadas entre os Sindicatos de Pernambuco e da Bahia. “Antes das convenções, o transporte do trabalhador era irregular, o salário era pago no dia em que o patrão queria e a água potável para o consumo durante o trabalho não existia. Hoje, temos vários desafios ainda, mas as conquistas foram muitas e o assalariado conquistou, entre outras coisas, um salário diferenciado”, destaca o presidente do STTR de Petrolina, José Tenório dos Santos.

Segundo o diretor de Política Salarial da Federação, Paulo Roberto Rodrigues, apesar dos avanços, o desafio de representar o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras (agricultor/a familiar ou assalariado/a) é muito grande, e merece uma atenção contínua para que essas pessoas tenham acesso às políticas públicas para prosseguir no meio rural com dignidade e qualidade de vida.

“É importante ressaltar, ainda, que foi a partir da criação da Fetape que os trabalhadores rurais assalariados passaram a se organizar de forma coletiva junto aos Sindicatos, para reivindicar melhorias nas relações de trabalho”, lembra.

De um lado, está o patronato, defendendo seus interesses; e do outro, o/a trabalhador/a rural que, sozinho, não teria forças para lutar. No entanto, organizado, ganha voz e consciência, fazendo crescer, a cada ano, suas conquistas. A Federação tem um levantamento sobre a existência de outras cadeias produtivas que envolvem mão de obra assalariada, nas três regiões do estado, e a meta da atual diretoria é contribuir, também, com o processo organizativo desses segmentos.



Grandes Conquistas (Zona da Mata e Vale do São Francisco)

- > Salário unificado
- > Direito ao repouso semanal remunerado
- > Férias
- > Décimo terceiro salário
- > Transporte gratuito, seguro e de qualidade
- > Consolidação da tabela de tarefas na Convenção Coletiva de Trabalho (considerada uma das maiores conquistas das campanhas salariais)
- > Lei do sítio, fundamental para garantir a residência e o trabalho no campo
- > O direito à aposentadoria
- > A contratação da mão de obra feminina

Leia mais sobre a história de luta dos/as assalariados/as, no artigo da página 34.



Uma reforma agrária possível!

As políticas públicas para a reforma agrária, conquistadas pelo Movimento Sindical Rural (MSTTR), têm possibilitado que assentados/as vivam e trabalhem com mais qualidade, no campo. Um bom exemplo vem do assentamento Barra Nova, localizado no município de Serra Talhada, no Polo Sindical do Sertão Central. Numa fazenda desapropriada há cinco anos, seis agricultoras familiares decidiram fundar a Associação das Mulheres Agricultoras, para trabalhar com plantação de hortaliças, manejo de lenha e criação de alguns animais de pequeno e médio portes. Com muito trabalho e vontade de vencer, os resultados não demoraram a aparecer.

A presidenta da Associação, Luesla Antônia da Silva Gomes, explica que, no início, as mulheres não tinham nenhum conhecimento sobre o manejo da madeira. Mas, depois que passaram a ser acompanhadas pela Associação Plantas do Nordeste, APNE, tudo ficou mais fácil. “Os técnicos explicaram sobre as vantagens que a gente teria com essa atividade, pois, além

de preservar a natureza, ainda iríamos lucrar com a venda da lenha. A gente aceitou o desafio, e hoje está sendo uma grande bênção, esse trabalho”, diz.

A agricultora conta, também, que a madeira é extraída uma vez por ano e é vendida a uma fábrica de cerâmica da região. Na área dedicada ao manejo, não tem roçado, e os animais não circulam. Ela é exclusiva para a cultura extrativista. Um detalhe importante é que o trabalho de manejo exige que haja 30% de área preservada no assentamento.

No local, a organização da produção é feita de maneira individual e coletiva. “Aqui, cada um tem o seu roçado individual, onde trabalhamos com hortaliças para o consumo próprio e para a venda na feira. Agora, estamos preparando uma área, para a gente poder plantar coletivamente”, comemora a presidenta. Ela também destaca uma iniciativa importante para cativar outras freguesias: “Quando estamos na cidade, aproveitamos para entregar (os produtos) nas casas de algumas famílias, toda semana”.

“Aqui, cada um tem o seu roçado individual, onde trabalhamos com hortaliças para o consumo próprio e para a venda na feira. Agora, estamos preparando uma área, para a gente poder plantar coletivamente.”

A associação conta com uma pequena criação de animais, como bodes, cabras, galinhas e algumas poucas cabeças de gado. São comercializados ovos e, quando necessário, são vendidas algumas cabeças, para ajudar na renda. “Conseguimos pagar as nossas parcelas de terras com o dinheiro da venda dos animais”, diz a presidenta, orgulhosa.

Nesse período de seca, a propriedade de 143 hectares conta com dois poços, um amazonas e outro artesiano, com água para consumo humano, que é o que tem ajudado as seis famílias a passarem por esse momento delicado. “Já os animais, a gente alimenta com farelos, cortamos macambira, palma e ainda tem um pouquinho de água no açude”.

Para acessar as terras da fazenda improdutiva, onde hoje é o Assentamento Barra Nova, Luesla comenta que um grupo se reuniu com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Serra Talhada, que fez a indicação. Desde então, eles recebem assistência do STTR sempre que necessitam. “Quando a gente precisa de qualquer orientação, eles imediatamente vêm com uma solução, e a gente bota em prática”, reconhece.

Meio Ambiente

A perspectiva da reforma agrária, para a Fetape, passa também pela preocupação ambiental. Por isso, foi criada uma Coordenação específica na Federação, para propor e acompanhar as ações nessa área.

A Coordenação do Meio Ambiente tem se voltado para atividades que conscientizem a população rural e colaborem para uma agricultura sustentável. “Além disso, há uma inserção em espaços estratégicos, em nível estadual, de proposição de ações de preservação ambiental, que alcancem os povos do campo. Entre esses espaços, estão o Fórum Pernambucano de Combate aos Agrotóxicos, o Conselho Estadual de Meio Ambiente e o Comitê Regional de Manejo Florestal”, exemplifica o coordenador

Antônio Francisco da Silva, Ferrinho.

Ele destaca ainda o apoio a iniciativas de manejo, como as do assentamento Barra Nova, e a adesão a campanhas como a Plante Um Milhão de Árvores e a de Combate aos Agrotóxicos. “Isso sem contar a preparação dos processos para licenciamentos ambientais”, destaca Ferrinho.

Acesso à terra: a luta continua!

As primeiras bandeiras da Fetape, no processo de luta pela reforma agrária, foram fincadas na Zona da Mata, por ela concentrar as melhores terras do estado e ser uma região próxima da sede da Fetape, no Recife. Mais precisamente em 1º de maio de 1998, cerca de mil trabalhadores/as ocuparam 15 engenhos, em 8 municípios, o equivalente 6.500 hectares. Em 1999, mais 19 áreas foram ocupadas, com a participação de 11.900 famílias e, assim, essas mobilizações foram ganhando força.

No entanto, a maior ação ocorreu em 1º de maio de 2000, numa Jornada Nacional pela Reforma Agrária, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A Fetape organizou a ocupação de 52 áreas improdutivas, chegando a mobilizar 3.691 famílias, em 23.305 hectares, no estado.

Nessa caminhada, muitos foram os aprendizados da Federação, a exemplo da identificação de que, entre as principais estratégias para se avançar na luta por terra, trabalho e renda no estado, estão o planejamento e a articulação.

Para o diretor de Política Agrária da Fetape, Eraldo Souza, a principal conquista do Movimento Sindical Rural é o acesso à terra. Ele considera que esse é um marco para o MSTTR. “A terra é o primeiro passo de libertação e cidadania. Porém, só a terra não basta. Você tem que ter crédito e assistência técnica para poder não só sobreviver, mas viver bem; e para conquistar, de uma vez por todas, a cidadania”.

Sob o olhar dos/as parceiros/as



“Não há conquista do trabalhador rural e da agricultura familiar que não tenha a presença da Fetape e dos seus Sindicatos. Desde as conquistas trabalhistas, como as salariais da Zona da Mata, até a luta por mais crédito e assistência técnica, no Agreste e Sertão, a Fetape tem estado presente.”

Pedro Eugênio
Deputado Federal



“Todos os parceiros têm um respeito muito grande pelos 50 anos da Fetape, porque trabalhar com a Federação é trabalhar com uma organização séria e importante na luta pela cidadania.”

Luiz Aroldo
Superintendente do Incra Recife

Sob o olhar dos/as parceiros/as



A comemoração dos 50 anos da FETAPE é um momento de repercussão nacional, por ter a ver com toda a história política da Contag. É importante destacar o pioneirismo da Federação, junto aos seus Sindicatos e suas lideranças, na luta por políticas públicas e pelo fortalecimento do Movimento Sindical. Em nome da Confederação, os nossos mais profundos agradecimentos a essas lideranças bravas, guerreiras lutadoras. O nosso reconhecimento também à atual diretoria da Federação, coordenada pelo grande companheiro Doriel, que dá continuidade a essa história, para que essa instituição continue muito forte, muito coesa e conheça seu papel fundamental em Pernambuco, na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; do protagonismo da reforma agrária; da agricultura familiar; do direito dos assalariados; sendo propulsora na implementação do nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento. O nosso reconhecimento, também, àqueles que já partiram para a eternidade, mas que deixaram um legado fundamental na história da Federação e da Contag. O nosso desejo que a Fetape continue sendo esta importante organização para Pernambuco e para o país."

Alberto Ercilio Broch
Diretor-presidente da Contag



"A Fetape é uma referência na luta pelos direitos dos trabalhadores assalariados e agricultores familiares. A entidade se fortalece a cada ano".

Humberto Costa
Senador

Eraldo reconhece que existem assentamentos da reforma agrária que passam muitas dificuldades, porém há os que estão em uma situação melhor, sobretudo no que diz respeito à organização. Isso acontece tanto nos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, quanto nos vinculados ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, PNCF. "A questão da organização interna, por parte dos/as trabalhadores/as, precisa avançar; mas isso também depende, e muito, das ações de assistência técnica continuada, oferecidas pelo governo", justifica.

Para a Fetape, a bandeira da reforma agrária é a bandeira da cidadania. Apesar de reconhecer os avanços, Eraldo lamenta: "Atualmente, os governos Federal e Estadual não estão priorizando essa questão".

A atual direção da Federação entende que este é um momento para retomar a luta pela reforma agrária no estado, articulando os STTRs em torno dessa causa e exigindo dos governos a desapropriação das terras, com o objetivo de dar continuidade às políticas de moradia, assistência técnica e crédito, mas de maneira articulada. "Só assim a reforma agrária será possível", conclui Eraldo.

Hoje, há 528 assentamentos coordenados pela Fetape, com 16 mil famílias; e 69 acampamentos, com 3.133 famílias, em 37 municípios, nas três regiões do estado.

Leia mais sobre a história de luta do MSTTR por reforma agrária, no artigo da página 36.



Agricultores/as familiares mostram capacidade de diversificar a produção

Quem pensa que, ao conquistar seu pedaço de terra, agricultores e agricultoras cruzam os braços porque já atingiram o seu objetivo, precisa conhecer a realidade das 20 famílias do Assentamento Maracajá, no Distrito de Bengalas, no município de Passira, Polo Sindical do Agreste Setentrional. A partir de um projeto integrado de desenvolvimento sustentável, os/as moradores/as têm abastecimento d'água, irrigação para a produção de forragem e atuam com piscicultura e caprinocultura - conquistas que contaram com a contribuição direta do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), e com a cooperação técnica do Banco Mundial e do Governo do Estado.

O assentamento já tem 12 anos, e muita história para contar. "A gen-

te, antes, não tinha nada no mundo. Você precisa ver o lugar que a gente morava. A luta do Movimento Sindical Rural por terra para a gente, foi muito importante. Mas, depois de chegar aqui, também não foi fácil, era preciso ir buscar água longe", lembra Ivone Olegário da Silva Oliveira, moradora do assentamento, que confirma a importância das parcerias para que a vida da comunidade melhorasse. Hoje, a agricultora diz que é muito feliz, pois tem alimentos de qualidade à mesa e participa dos trabalhos com peixes e cabras.

Assentar as famílias foi possível, a partir do antigo Cédula da Terra, que hoje recebe o nome de Programa Nacional de Crédito Fundiário. Nele, o governo oferece condições para que os/as trabalhadores/as rurais sem terra ou com pouca ter-

ra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica.

Muitos dos sonhos para uma melhor qualidade de vida no assentamento são assumidos pela coletividade, e todos/as arregaçam as mangas para torná-los realidade. Há, no entanto, a consciência de que ainda é preciso muito apoio para que as coisas avancem. "Hoje, são 1000 peixes (tilápias) em dois tanques, mas a intenção é que se chegue a 10 tanques, até 2015. São criadas também 25 cabras, mas o desejo é chegar a 150 animais", conta o presidente da Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Olho D'água de Bengalas, José Manoel da Silva.



Ele explica que os peixes e as cabras são comercializados, e o recurso é dividido para as famílias, ajudando na renda. A infraestrutura existente na comunidade, com luz elétrica, escola próxima e posto de saúde, é apontada como fundamental para a qualidade de vida dos/as assentados/as. A formação foi um passo importante para que o trabalho desse certo. “Eu aprendi tanto no mundo. Fizemos vários cursos e, hoje, com o que sei, já dá até para discutir com engenheiros”, diz José, sorrindo.

Mesmo com o período seco, há garantia de alimento para os animais no assentamento, pois as famílias aprenderam a cultivar uma planta forrageira arbustiva, chamada atriplex, que se desenvolve bem em solos com alto teor de sal. Com a assistência técnica, a comunidade descobriu que ela serve como forragem para caprinos, ovinos e bovinos, além de ser usada nos processos de dessalinização de solos, na produção de lenha, como planta medicinal e na culinária.

Avanços

O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Passira, João Clemente da Silva, explica que há outros assentamentos na região caminhando de forma muito satisfatória no aspecto organizacional e de produção agrícola. Ele também avalia os avanços promovidos a partir das lutas do MSTTR nesses 50 anos para as famílias agricultoras de um modo geral. “É possível perceber que contribuímos muito para o acesso dessas famílias a novas tecnologias; avançamos na sindicalização; na geração de renda; no acesso à terra e à água. Isso colaborou para que o trabalhador rural permanecesse no campo”, explica.

Para o diretor de Política Agrícola da Fetape, Israel Crispim, esse assentamento é um dos símbolos da luta do MSTTR em Pernambuco para que haja mais investimentos para a agricultura familiar. “Mesmo com a adversidade climática encontrada na região, eles não perdem a esperança de continuar

produzindo e integrando jovens, mulheres e homens nas diferentes atividades produtivas. Lá, a diversificação da produção, como a criação de animais de pequeno porte, representa, também, a diversificação de fontes econômicas”, avalia.

O diretor lembra que a horticultura no Assentamento Maracajá, assim como em outras localidades onde há atuação de agricultores e agricultoras familiares no estado, envolve grande quantidade de

pessoas nessa cadeia produtiva, contribuindo para a dinamização da economia local e regional, promovendo o desenvolvimento de Pernambuco.

“Por causa dessa experiência exitosa, focada no bem-estar dos assentados e assentadas, a comunidade recebeu a visita de 30 pessoas, de 10 países, no ano de 2011. Elas queriam ver de perto o trabalho desenvolvido”, lembra Israel.

Algumas conquistas para a agricultura familiar, a partir das lutas do MSTTR

- > **Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)** - financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda para agricultores/as familiares e assentados/as da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país.

Dados de 2012: 29.375 agricultores/as familiares atendidos/as e R\$ 191.127.892,91 foram os recursos utilizados até o momento no estado.

- > **PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)** - propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial e para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Dados de 2011: 7.408 agricultores e agricultoras familiares no estado acessaram o Programa. O valor foi R\$ 33.335.513,71

- > **PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)** - determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Dados de 2011: 414 agricultores/as acessaram o Programa em Pernambuco. O volume dos recursos aplicados foi de R\$ 3.443.397,72

- > **Garantia Safra** - Benefício que visa garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores e às agricultoras familiares que tiveram perdas acima de 50% da produção, em municípios que foram reconhecidos em estado de emergência ou calamidade pública, por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

Dados da Safra 2011/2012: 102.684 Agricultores/as beneficiados/as; 67 municípios aderiram; R\$ 67.481.160,00 foram os recursos liberados nessa safra para Pernambuco.

Fonte: Coordenação do Garantia Safra Estadual, BNB, Conab, Secretaria de Educação do Estado.

Leia mais sobre a história de luta do MSTTR, no campo da política agrícola, no artigo da página 38.

Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais: por igualdade de direitos

No início da década de 80, as mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco começaram a perceber que também eram protagonistas da história do Movimento Sindical Rural. Essa percepção foi tão forte, que elas começaram a expandir esse protagonismo para os quatro cantos do Brasil, por meio de um modelo estrutural que se tornou referência: a Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR). Hoje, elas têm, na bagagem, mudanças que transformaram o rumo da história, o rumo de suas vidas.



A dirigente sindical Maria Pereira Dantas Silva, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Mirandiba, é uma das representantes do Polo Sindical do Sertão Central na Comissão Estadual de Mulheres, desde 2003. Ela avalia que a CEMTR, ao longo desses anos, vem cumprindo um papel fundamental para o empoderamento da mulher no estado.

Sem deixar ninguém falar por ela, é Maria quem explica como as mulheres estão organizadas, hoje, no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) em Pernambuco: “A gente participa das reuniões na comissão municipal, onde são escolhidas três representantes para compor a Comissão do Polo Sindical; aí, em cada Polo, são nomeadas duas representantes para compor a Comissão Estadual. É nesse espaço que nos formamos e nos informamos para levar as discussões para

as bases. É dessa forma que a gente se fortalece”, esclarece.

A CEMTR se reúne quatro vezes por ano, com a presença das titulares e suplentes, em caráter ordinário e extraordinário, quando necessário. Já a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag é constituída pelas coordenadoras estaduais de mulheres de cada Federação que, no caso de Pernambuco, é a diretora de Política para as Mulheres da Fetape.

Maria Pereira analisa que os avanços que ocorreram a partir das lutas das mulheres trabalhadoras rurais são percebidos por meio das políticas públicas específicas implementadas, nesses 50 anos, para o segmento. “Por causa dessas conquistas, percebemos que a participação das mulheres só tem aumentado, tanto dentro do Sindicato quanto nas associações, nas bases”, conclui.

A CEMTR é um espaço organizativo, propositivo e não deliberativo, que tem contribuído com propostas que são discutidas e aprovadas pela Direção Executiva e Conselho Deliberativo da Fetape.

Cumprindo o segundo mandato na representação do Polo Sindical do Agreste Setentrional, Josefa Rosilene Freires da Silva, do STTR de Surubim, sente-se muito honrada em fazer parte da Comissão Estadual de Mulheres. Ela, que já participava dos encontros de mulheres, conta que esse tem sido um espaço importante. “É através da comissão que a gente consegue mobilizar, que consegue buscar recursos para lutar por mais direitos. As mulheres começaram a se organizar mais. Esse também é um espaço muito importante de troca de experiências”.

“No início, os desafios eram enormes. Iam desde ela (a mulher) sair da cozinha, até ela ter condições de falar seu nome, falar de sua história. Depois disso, o desafio era ela conseguir participar da vida da sociedade...”

Dados da participação das mulheres no MSTTR

748 é o total de diretores/as executivos/as em **169** Sindicatos pesquisados.

Desse total, 443 (59%) dos cargos executivos são ocupados por homens e **305** (41%) por mulheres

Distribuição dos cargos entre a direção executiva:

	Homens	Mulheres
Presidente	73%	27%
Vice-Presidente	63%	37%
Sec. Organização e Formação	22%	78%
Sec. Finanças e Assalariados	61%	39%
Sec. Políticas Agrária e Agrícola	75%	25%
Sec. Mulheres	6%	94%
Sec. Jovens	67%	33%

OBS: Dos 169 Sindicatos pesquisados, apenas um tem secretaria específica de Assalariados. Os demais funcionam em conjunto com Finanças.

A maioria das secretarias de Organização e Formação responde também pela organização das Mulheres e dos Jovens.

Fonte: Estatística do Setor Sindical da Fetape 2011

Representando a Zona da Mata na CEMTR, desde 2006, Rejane Maria da Silva, dirigente sindical do STTR de Escada, vê a Comissão de Mulheres como um espaço político fundamental. “A gente sempre aproveita um tempinho na reunião do Polo para tratar dos encaminhamentos que foram tirados durante encontro da Comissão Estadual”, explica.

As mobilizações da Comissão Estadual de Mulheres no estado têm promovido fortes impactos nas bases. A agricultora familiar Maria do Socorro dos Santos Franquilino mora na fazenda Croatá, no município de Mirandiba, e percebe claramente que parte das mudanças no campo são frutos dessas ações. “A mulher tem usufruído bastante de conquistas, como o salário maternidade e a Campanha de Documentação”, pontua.

Numa entrevista concedida antes de sua morte, Vanete Almeida, ex-assessora da Fetape, e uma grande articuladora da organização das mulheres, na década de 80, registrou um olhar para os desafios e conquistas relativos à participação das mulheres na vida política e sindical: “No início, os desafios eram enormes. Iam desde ela (a mulher) sair da cozinha, até ela ter condições de falar seu nome, falar de sua história. Depois disso, o desafio era ela conseguir participar da vida da sociedade, da vida do Sindicato. Agora, eu acho que avançamos muito nesses 30 anos. Hoje, integramos os espaços de poder, embora com muitas dificuldades, com aprendizados difíceis. É importante dizer que atualmente temos mulheres desde as delegacias sindicais até a Contag e, fazer isso, em 30 anos, é um avanço enorme”.



Os frutos de uma história

O marco histórico da organização das mulheres, por meio da Comissão Estadual, se deu com a realização do 1º Encontro Estadual, em dezembro de 1987, na cidade de Olinda. O público era basicamente formado por grupos de base das comunidades, povoados, sítios e fazendas. A atividade foi precedida de encontros nas regiões do Agreste, Sertão e Zona da Mata, no mesmo ano. As discussões giraram em torno das dificuldades encontradas por serem mulheres e trabalhadoras, de uma análise sobre os avanços e conquistas e da constatação sobre o crescimento da organização das mulheres.

A diretora de política para as mulheres da Fetape, Maria Severina de França, Silva, avalia que, desde os anos 80, quando as mulheres iniciaram sua mobilização para terem direito à sindicalização no Movimento Sindical Rural, muitos caminhos foram percorridos. “Hoje a Federação completa 50 anos e 30 anos de organização das mulheres. Durante essas três décadas, nós, mulheres, fomos conquistando mais espaço. Estamos nas diretorias executivas de todos os STTRs, ocupando os mais diversos cargos previstos no Estatuto Sindical”, comemora.

Nos anos 2000, por meio da CEMTR, as mulheres passaram a

ter maior visibilidade, a partir das realizações das Marchas das Margaridas e manifestações como as do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, em nível nacional, estadual e municipal.

“As mulheres trabalhadoras rurais, cientes de seus valores e direitos, têm se associado cada vez mais ao Sindicato, chegando, em alguns casos, a ultrapassar o número de homens com taxa social em dia. E isso não só em quantidade, mas também nas intervenções de forma qualificada nos espaços de discussão”, avalia Sílvia.

Por acreditar que ainda existem desafios a superar com relação à representação, participação e qualificação das mulheres na vida sindical, Sílvia diz que isso é processual e requer um reconhecimento histórico, pois o que as mulheres e os homens vivenciam em suas relações sociais, na vida e no trabalho, é um reflexo de como a sociedade foi historicamente construída. “Precisamos dar um novo significado, que torne as relações de gênero mais justas e solidárias na vida do campo. Todas as conquistas das mulheres rurais aconteceram porque não nos acomodamos, queremos mais, queremos ser protagonistas de nossas vidas”, explica.

Em sua análise, a diretora percebe que as mulheres conseguiram conquistar, por meio de suas lutas, não apenas a participação no sindicalismo rural, mas também no acesso a bens e serviços, como documentação, titulação conjunta da terra, acesso à educação, salário maternidade, aposentadoria aos 55 anos, dentre outras. “Tudo isso, graças às mobilizações de massa, como o 8 de Março e as Marchas das Margaridas, que garantiram o acesso das mulheres a vários programas e projetos governamentais”.

Leia mais sobre a organização das mulheres no MSTTR, no artigo da página 41.

Sob o olhar dos/as parceiros/as



“As lutas da Fetape levaram a importantes conquistas, em especial, para as mulheres que atuam no meio rural de nosso estado. Ela aumentou a consciência de assalariados e produtores familiares e contribuiu para que suas vidas mudassem. Seus 50 anos devem ser comemorados pelos que sonham com um Brasil mais justo.”

Tânia Bacelar
Economista, Socióloga, Mestre e Doutora em Economia



“A luta da Fetape se confunde com a luta democrática de Pernambuco e do país. Comemorar esses 50 anos é uma justa homenagem, não só a quem hoje faz a Federação, mas aos homens como Euclides Nascimento, que foram verdadeiros esteios da democratização brasileira.”

Ranilson Ramos
Secretário de Agricultura e Reforma Agrária do Estado

“Tive tias que morreram sem conseguir se aposentar, porque antes a dificuldade era muita. Como eu sempre participei das reuniões e palestras do Sindicato, e sabia de todos os documentos que precisavam, pra mim foi fácil. Se elas (as tias) tivessem o Sindicato, na época, não teriam morrido sem esse direito. Hoje, o valor de quem trabalha na agricultura é realmente reconhecido. Tenho orgulho de dizer que sou agricultora”.



Direitos conquistados, direitos assegurados

A declaração ao lado é de Maria Tavares de Lima, 62 anos, do município de Cumaru, no Polo Sindical do Agreste Setentrional de Pernambuco que, ao falar no acesso do homem e da mulher do campo à Previdência Social, enfatiza o importante papel do Movimento Sindical para essa conquista.

Numa roda de conversa entre Dona Maria e outros aposentados, fica visível, na fala de cada um e cada uma, o orgulho de ter con-

quistado a aposentadoria, depois de tantos anos de trabalho duro. “Parecia que nunca ia chegar esse dia. Ainda acho muito alta a idade pra gente que é agricultora se aposentar, porque o trabalho da roça é muito sofrido. Mas, o importante é que deu tudo certo”, lembra a agricultora, que diz que, em todos os momentos, recebeu o acompanhamento de perto do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Cumaru.

Aposentadoria por tempo de contribuição, por idade ou por invalidez; pensão por morte; salário maternidade; e auxílios doença, acidente de trabalho ou reclusão. Todos esses são direitos vinculados à Previdência Social, que foram conquistados pelo Movimento Sindical Rural a duras penas. Apesar de ser uma Lei Complementar Nº 11, de 25 de maio de 1971, as primeiras aposentadorias foram concedidas somente em 1974, ainda com os processos sendo encaminhados pelos Correios. Somente depois, em 1995, foi efetivada uma parceria entre o INSS e a Contag, para que os STTRs comesçassem a fazer esse acompanhamento.

Diálogo

“Atualmente, temos buscado manter as negociações junto à Previdência Social, no sentido de garantir, aos dirigentes sindicais, capacitações sobre Legislação Previdenciária, além do acompanhamento do atendimento dos segurados e segurasdas junto às Agências da Previdência Social, as APSs”, conta a vice-presidenta da Fetape, Maria Aparecida de Melo (Mulica), que é responsável também pelo Setor de Políticas Sociais da Federação.

Apesar das muitas conquistas, ao longo dos anos, alguns desafios ainda são apontados: “há uma grande dificuldade de reunir as provas materiais para comprovar o exercício do trabalho do agricultor e da agricultora. Já, por parte do INSS, os funcionários ainda têm interpretações muito diferenciadas das leis, apesar do esforço que vem sendo feito pela Federação”, explica a presidenta do STTR de Cumaru, Nadjane Maria Peixoto.

Ela afirma que as capacitações articuladas pela Fetape também têm possibilitado que os dirigentes tenham mais informações sobre a correta elaboração dos processos, para que os benefícios sejam acessados de forma mais rápida pelos trabalhadores e trabalhadoras. “Esperamos que, com o

Cnis Rural (Cadastro Nacional de Informações Sociais do Segurado Especial), o direito do agricultor e da agricultora seja reconhecido de forma automática. O nosso desejo é que, no futuro, essas pessoas não precisem passar por tantos problemas, como a morosidade, perda de documentação, deslocamento de suas cidades para resolver essas questões em outros locais”.

Nadjane também analisa o que se tem para comemorar nesses 50 anos da Fetape: “conseguimos nivelar, a partir da Constituição, os direitos rurais com os direitos urbanos; hoje, o agricultor e a agricultora têm acesso ao crédito; a reforma agrária está acontecendo. No entanto, a previdência social é uma das conquistas mais relevantes”.

“Aproximadamente 600 mil trabalhadores rurais aposentados e pensionistas em Pernambuco recebem, mensalmente, cerca de R\$ 3,8 bilhões.”



Evolução dos benefícios rurais no estado:

Benefício	2009	2010	2011
Aposentadorias	385.440	394.902	401.884
Pensões	158.325	175.973	190.320
Auxílio Doença	6.107	7.049	7.793
Total	549.872	577.924	599.997

Fonte: MPAS. Com informações de Inez Belarmino e Andréa Lucia (assessoras do Setor de Políticas Sociais)

Ouvindo outros/as aposentados/as de Cumaru

“Trabalhei muito, em toda a minha vida, para criar meus filhos, e nem roupa para vestir eu tinha. Infelizmente, ainda sofri para me aposentar. No entanto, o trabalho do Movimento Sindical Rural tem sido grande, e as coisas hoje estão mais fáceis”, Biu Vieira, ex-presidente do STTR de Cumaru.

“Não tive problemas para me aposentar, porque a minha documentação estava toda organizada. Quando a gente tem tudo nas mãos, a coisa fica mais fácil. Eu tinha mais documento do que foi solicitado”, João Barbosa, 65 anos, dirigente sindical.

“Fui sócio quase desde o começo do Sindicato, e tive as orientações todinhas. Trabalhava alugado (para os outros), mas também para mim mesmo, e, até disso, eu tinha comprovante. O Sindicato foi importante demais, pois, sem ele, só Deus ia me ajudar”, Egildo Paulino da Silva, 68 anos, agricultor.

“Sou filiada ao Sindicato há 25 anos e sempre paguei certo. Ele me ajuda no acesso a vários direitos: créditos, cisterna e outros. Participo de todas as mobilizações. Sempre oriento meus seis filhos agricultores a pagarem o Sindicato, porque eles acham que estão novos e não precisam. Mas, quando eles necessitarem, vão dar mais valor. Hoje, há muitas oportunidades, e eu acredito que elas são dadas pelo Movimento Sindical”, Isabel Antônia da Silva Nascimento, 58 anos, agricultora.

“Eu sou filho de agricultor, mas, na juventude, tinha vergonha de me apresentar assim, e dizia que era estudante. Eu achava que agricultor nunca seria reconhecido. Mas, como o bom filho sempre volta à casa, eu comecei a amar a terra e hoje estou aqui, aposentado, e me sinto muito feliz”, Luiz Eleotério de Souza, 62 anos, agricultor.

Para além da previdência

O Setor Social da Federação tem atuado em outras frentes de luta do Movimento Sindical Rural. Na Educação do Campo, presente na pauta do MSTTR desde o final dos anos 90, a construção de propostas, reivindicações e a participação ativa em espaços de debate sobre esse tema são as principais estratégias adotadas. Nesse sentido, algumas conquistas podem ser registradas, a exemplo do marco regulatório que institui a Política de Educação do Campo e a constituição de espaços políticos, democráticos, que garantem a efetivação dessa educação como direito das populações rurais e dever do Estado.

A proteção Infanto-Juvenil também tem avançado, para além do combate do trabalho infantil. Nesse campo, alguns avanços são evidentes, como o desenvolvimento de uma Educação Infantil, em consonância com a educação do campo; e uma política de creche

que atende, de forma digna, à criança, e que possibilita, à mãe, o direito de trabalhar sem a preocupação de onde irá deixar os/as seus/suas filhos/as.

O MSTTR também registra resultados importantes quanto o assunto é a saúde dos povos do campo e da floresta. Com a participação efetiva do Movimento Sindical Rural nos espaços políticos, conseguiu-se garantir, entre outras coisas, que trabalhadores e trabalhadoras do campo fossem percebidos com necessidades diferenciadas, por causa de suas condições de trabalho e modos de vida, devendo receber, assim, um atendimento à saúde também diferenciado. Esse novo olhar para o campo já é lei e está garantida na Política de Saúde dos Povos do Campo e da Floresta.

Leia mais sobre as ações da Fetape, em relação às políticas sociais, no artigo da página 44.



Sustentabilidade garante autonomia do Movimento Sindical Rural

Transformar um número de associados/as inadimplentes, que se aproximava da casa dos 90%, em novos parceiros. Essa foi a grande conquista do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Sertânia (no Polo Sindical do Pajeú), a partir da Campanha de Sindicalização e Quitação, estimulada, este ano, pela Fetape.

“Nós aderimos à campanha proposta pela Fetape e começamos a realizar reuniões na sede do Sindicato e nas comunidades. Aos poucos, a participação foi aumentando. O nível de conscientização, por parte dos associados e associadas, sobre a importância do Sindicato na conquista e monitoramento da execução das políticas públicas, melhorando a condição de vida do homem e da mulher do campo, também aumentou. Conseguimos esses resultados com a campanha”, comemora.

Satisfeito com o sucesso da iniciativa no município, Bó destaca que uma das estratégias adotadas foi a de investir nas associações das comunidades rurais. “Fizemos uma camisa sobre a Campanha de Sindicalização e Quitação, mostrando a importância de se associar ao Sindicato. Além disso, cada associação passou a receber a mensalidade dos sócios, e a repassar para o Sindicato, mas ficando com um percentual. Isso deu uma empolgação bem maior”, analisa.

O secretário completa que essa é uma ação que precisa ser permanente, criando novas estratégias para atrair mais associados/as e fazer com que eles/as permaneçam em dia com o Sindicato.



O suporte à campanha é dado também a partir do depoimento de muitos agricultores e agricultoras, a exemplo de Dona Maria Josélia Dias de Oliveira, 43 anos, que é associada ao STTR de Sertânia desde 2002. Ela planta feijão, abóbora, melancia, dentre outros produtos, e conta que procurou o Sindicato pela qualidade dos serviços. “Sempre que preciso, sei que posso contar com o Sindicato. Recebo uma atenção maravilhosa, sou sempre bem tratada. Por isso, sei que é importante estar com a minha mensalidade em dia”, explica.

Essa é uma ação que precisa ser permanente, criando novas estratégias para atrair mais associados e fazer com que eles permaneçam em dia com o Sindicato.

Sob o olhar dos/as parceiros/as



“A Fetape tem contribuído muito para o fortalecimento do Movimento Sindical Rural no país. Ela sabe apresentar propostas, negociar e também acompanha o cumprimento do que propôs. Isso acontece tanto na linha das políticas públicas, como nas ações de massa, de luta pela terra, na organização das mulheres, dos jovens e da terceira idade. Ela pensa o Brasil como um todo.”

Aristides Santos
Secretário de Finanças e Administração da Contag



“Esses 50 anos da Fetape são de muita luta, muita determinação e muita conquista de direitos para o conjunto dos trabalhadores rurais. São 50 anos de transformação da vida no campo. Tenho certeza que a Federação continuará com autonomia, pautando o governo e os patrões, para que os trabalhadores permaneçam avançando na luta por direitos e por melhor qualidade de vida.”

Carlos Veras
Presidente da CUT/PE

Sindicalizada há apenas um ano, a agricultora familiar Rosenilma Martins Bezerra, 22 anos, conta que se associou para ter direito ao salário-maternidade e, desde então, sabe que pode contar com o Sindicato: “A gente recebe vários benefícios, e isso é muito bom”.

Para a atual diretora de Finanças e Administração da Fetape, Cícera Nunes, o resultado da Campanha de Sindicalização e Quitação, realizada entre abril e setembro deste ano, atingiu o objetivo, porque ajudou a sensibilizar e a mobilizar os STTRs nas bases. “Mesmo diante de um ano com muitas dificuldades, com a questão da seca em nosso estado, os Sindicatos não desistiram da campanha, fizeram o esforço e foram às bases. Dezenas de Sindicatos se envolveram nessa proposta e têm colhido os frutos desse trabalho, que é desafiante, mas fundamental para o fortalecimento do MSTTR e suas lutas”, comenta. Ela destaca que o Movimento

Sindical Rural tem articulação e coragem e, por isso, deve estar sempre organizado na busca de se manter com uma renda própria.

A Fetape defende que as campanhas de sindicalização e quitação precisam ser permanentes, conforme o estatuto da organização, pois ajudam a divulgar as ações dos STTRs junto às bases, para o fortalecimento da categoria, além contribuir com a correta implementação e controle social das políticas públicas conquistadas pelo Movimento Sindical Rural.

“Uma campanha como essa, estimula a consciência nos trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre a importância do Sindicato para as suas vidas e mostra o quanto é importante que o associado e a associada estejam em dia com sua contribuição mensal, para que o Movimento possa ser mais autônomo e garanta novas conquistas”, avalia.



História

A trajetória da Fetape é marcada por realizações de campanhas e outras importantes iniciativas, visando à sustentabilidade política e financeira do MSTTR. Um destaque merecido é para um trabalho desenvolvido em 2009, quando a Federação realizou a 1ª Mostra Regional do Sindicalismo Rural, na cidade de Ouricuri, localizado no Polo Sindical do Sertão do Araripe, que reuniu os Sindicatos da região, com o objetivo de atrair os trabalhadores e trabalhadoras rurais não sindicalizados, dos diversos municípios sertanejos.

Na ocasião, foi apresentada a dinâmica do MSTTR, por meio de oficinas com eixos temáticos a partir das bandeiras de luta trabalhadas pela Fetape. “Foi uma experiência que mobilizou toda a região do Sertão, animando os sócios e as sócias e atraindo novas pessoas para conhecer a cultura do Movimento”, lembra o assessor da Federação, Severino Francisco da Luz Filho (Biu da Luz).

Com o objetivo de dar uma maior transparência às ações, como também ouvir os/as dirigentes sindicais, possibilitando uma aproximação da Fetape com a base, foi criado o Coletivo de Finanças. “Aproveitamos esse espaço para divulgar a intenção de começar a trabalhar com orçamento participativo. Antes, porém, queremos conhecer bem essa prática, que vai nos ajudar, com certeza, na ampliação dos nossos recursos financeiros, fortalecendo nossa sustentabilidade, com foco em nossa autonomia”, pondera Cícera.

Ela destaca que é necessário investir na formação, em parceria com todas as diretorias da Federação, para que sejam experienciadas novas formas de gerir a área de Administração e Finanças, no MSTTR. Nesse sentido, pretende-se implementar, no futuro, na contabilidade sindical, o Plano de Contas usado pela Contag e pela Fetape.



Investir na formação para o fortalecimento sindical

Há alguns anos, em busca de sua sustentabilidade, o Movimento Sindical Rural vem investindo no processo formativo, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais (Pnfes). Com ele, a Fetape tem conseguido realizar encontros e oficinas de formação, com o objetivo de qualificar a organização contábil, administrativa e financeira do MSTTR.

Para Cícera Nunes, as ações de formação promovidas pela Federação pretendem mais do que manter os dirigentes sindicais atualizados sobre novos conceitos e ferramentas referentes à gestão administrativo-financeira sindical. “Mesmo diante de tantos avanços no estado, as ações do Pnfes ajudam a enxergar melhor os desafios do cotidiano. Atividades como essas possibili-

“As ações do Pnfes ajudam a enxergar melhor os desafios do cotidiano.”

tam construir novas estratégias e novas maneiras de gerir o Movimento Sindical, mostrando como fazer uma gestão sindical com ética, valorizando a categoria, e gerando um Movimento que seja digno dos trabalhadores e trabalhadoras rurais”.

Leia mais sobre o trabalho desenvolvido, na perspectiva da sustentabilidade do MSTTR, no artigo da página 46.

Um Movimento que (trans)Forma

Com um sorriso no rosto, a secretária de Organização e Formação, Mulheres e Jovens do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Petrolândia, no Polo Sindical do Submédio São Francisco, Roberta Gomes de Lima, conta o quanto foi prazeroso para ela fazer parte, este ano, da 4ª turma do Itinerário Estadual da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc). “Inicialmente, eu não tinha informações suficientes sobre Movimento. Com as informações que recebi, percebi o verdadeiro valor do Sindicato para a base, e me senti mais confiante para fazer o meu trabalho. Agora, eu posso chegar e passar isso para outras pessoas, com mais segurança”, explica.

Atualmente, a meta da dirigente é aproximar mais os/as trabalhadores/as rurais do STTR, por meio de uma estratégia que ainda precisa ser bastante explorada em Pernambuco, mas que pode dar frutos muito importantes para o Movimento Sindical Rural: a constituição de Grupos de Estudos Sindicais (GESs).

Os GESs são grupos de estudo que se propõem a aproximar o processo formativo das bases sindicais, além de serem um caminho para ampliar o conhecimento sobre o papel e importância do MSTTR, sua história, lutas e conquistas, fortalecendo, dessa maneira, a relação do Sindicato com os/as trabalhadores/as rurais.

Para implementar o GES, Roberta já deu o primeiro passo: realizou uma reunião, no mês de setembro, na Comunidade Agrovila 4. A mobilização das pessoas aconteceu via rádio, blogs e através do boca a boca. Com as informações que recebeu durante os módulos da Enfoc, ela fez um planejamento. O encontro abordou o papel do Sin-



dicato, e algumas dinâmicas contribuíram com a discussão. “Foram poucos participantes, mas eu não desanimei, porque essas pessoas se comprometeram a convidar outras, para a próxima reunião. Vai dar certo”, diz confiante.

Ela destaca que a ideia é ampliar o número de sócios/as do Sindicato, estimulando para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais tenham mais confiança no trabalho do Movimento Sindical Rural por melhores condições de vida para as famílias do campo. Com esse pensamento, a dirigente reafirma o verdadeiro sentido do processo formativo para o MSTTR.

“Hoje em dia, as coisas são feitas de forma muito rápida, e as pessoas não percebem que, às vezes, os trabalhadores e trabalhadoras só não se aproximam mais do Sindicato por falta de informação. A Enfoc me fez ver isso”, finaliza.

“Com as informações que recebi, percebi o verdadeiro valor do Sindicato para a base, e me senti mais confiante para fazer o meu trabalho.”

Prioridade

Roberta é apenas um exemplo dos impactos que vêm sendo possibilitados pelo processo formativo desenvolvido pela Fetape durante essas cinco décadas. Por esse motivo, a Política de Formação é apontada como prioridade para a atual diretoria da Federação. Mas essa decisão foi tomada pelo que se aprendeu com a história, não foi algo que aconteceu do dia para a noite. Por isso, a caminhada formativa é permanentemente avaliada, para que seja fortalecida a ação sindical, numa perspectiva transformadora e de emancipação do sujeito, contribuindo diretamente para a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Movimento. Tudo isso, contando com uma rede de educadores/as e com parceiros estratégicos, que acreditam na formação como ação-chave para uma nova visão de mundo.

A Rede de Educadores/as tem o papel de fortalecer os processos formativos no estado, apoiando a realização dos cursos e oficinas, e atuando, também, como multiplicadora dessas ações formativas.

“Precisamos reafirmar a estrutura da Formação que deu início ao MSTTR de Pernambuco, onde, por meio de atividades que se propuseram a discutir a sociedade, o modelo de governo, os direitos dos trabalhadores, foi possível reunir e formar Sindicatos, Federações e a nossa Contag. Estamos nos propondo a realizar um processo amplo, qualificado e participativo de formação política junto aos dirigentes”, analisa o diretor de Organização e Formação da Fetape, Adelson Freitas.

Ele afirma, ainda, que a Formação, hoje, precisa retornar às bases. “Acreditamos que os nossos e nossas dirigentes, colaboradores, funcionários e assessores são multiplicadores de uma prática sindical capaz de fazer com que trabalhadores e trabalhadoras tenham melhores condições de vida”.



Experiências que se multiplicam

Erisvaldo Santos da Silva, diretor de Políticas Agrícola e Agrária do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jupi, no Agreste Meridional, também afirma ter um novo olhar sobre o valor do Movimento Sindical Rural para o homem e a mulher do campo, a partir do que vivenciou nos módulos da Enfoc/PE. Jovem, com 27 anos, ele diz que constituir os GESs em seu município é um desafio para o Sindicato.

“O dirigente sindical não precisa ficar todo o tempo na sede do Sindicato. Quando não estamos lá, as pessoas precisam saber que estamos nas bases ou em busca de políticas públicas para dar mais qualidade de vida para quem mora no campo”, comenta. Em sua fala, ele destaca a principal lição que teve na Enfoc/PE: “aprendi a me expressar sem ferir a ética, sem ferir outras pessoas”.

Ele conta que começou a admirar a ação do Sindicato e da Fetape, des-

de muito criança, quando via sua família em busca de um pedaço de terra para morar e trabalhar, e percebia a luta do Movimento Sindical Rural por uma melhor condição de vida para as pessoas. Apegado a essa lembrança, e querendo ser instrumento dessa transformação, Erisvaldo vem dando sua contribuição como dirigente desde 2011. Muito esperançoso, ele garante: “vou continuar trabalhando pelos homens e mulheres que representamos. A formação só ampliou a minha visão do mundo”.

Informações sobre a Formação no MSTTR

150 educadores e educadoras formados/as nas quatro turmas da Enfoc/PE

12 Grupos de Estudos Sindicais estão em fase de constituição no estado

Leia mais sobre as ações de organização e formação da Fetape, no artigo da página 48.

Jovens assumem corresponsabilidade pela luta por qualidade de vida no campo

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) sempre contou, em suas lutas, com a presença da juventude. Alguns/algumas jovens fizeram parte do começo dessa história e, atualmente, ainda contribuem com as mudanças em curso. Outros/as, já não estão mais no convívio do MSTTR, mas deixaram grandes exemplos, pois encabeçaram avanços que mudaram o “rosto” do campo.

Assim como no passado, a juventude de hoje é destemida, e tem chamado para si responsabilidades que não só dizem respeito a sua qualidade de vida, mas que têm a ver com o desejo fazer parte da implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) do Movimento.

Nesse sentido, jovens têm integrado as diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e outros espaços de poder, dentro e fora do Movimento Sindical. Esse é o caso de Jefferson Bernardino Henrique, presidente do STTR de Ibimirim, no Polo Sindical do Sertão do Submédio São Francisco. Aos 26 anos, ele tem claro os obstáculos existentes para um jovem dirigente, mas traz, na ponta da língua, também, o que é preciso fazer para vencer algumas dessas dificuldades. “O desafio está em conquistar a confiabilidade dos associados e do próprio grupo de dirigentes. Mas, eu uso como estratégias, a paciência e um processo permanente de formação. Eu tinha, por exemplo, só um curso técnico e, agora, faço um curso superior de Gestão Ambiental, para qualificar ainda mais o meu trabalho”, argumenta.



Jefferson, em poucas palavras, parece apresentar uma fórmula para um bom trabalho no Sindicato: “é preciso ter conhecimento para gerar conquistas, e são necessárias, ainda, boas assessorias política, técnica e financeira. Se não for dessa forma, a coisa não vai”. Ele conta que os processos formativos realizados pela Fetape, por meio da Diretoria de Política para a Juventude, e pela Comissão Estadual de Jovens Rurais - Cejor, além de outros espaços, têm contribuído diretamente para a sua capacitação.

“Sou uma pessoa realizada por fazer parte do Movimento Sindical Rural.”

Mobilizações

O dirigente também pontua a importância de os jovens estarem presentes nas grandes mobilizações realizadas pelo Movimento Sindical Rural. “A participação nesses espaços, além de garantir muitas conquistas para o nosso povo, também nos dá muita visibilidade, e ajuda a qualificar o nosso debate político, já que, nessas mobilizações, dialogamos com autoridades e outras pessoas, ampliando a nossa visão do mundo”, esclarece.

Ele destaca, ainda, o que a juventude tem para oferecer ao MSTTR: “temos determinação, garra, esperança de um futuro melhor, conhecimento sobre o acesso a novas tecnologias”; e encerra sua fala com uma verdadeira declaração ao Movimento: “sou uma pessoa realizada por fazer parte do Movimento Sindical Rural. Tenho orgulho de me identificar dizendo que estou representando mais de quatro mil trabalhadores e trabalhadoras associados ao meu Sindicato. Sei que estou contribuindo para promover mudanças de vida para essas pessoas”.

“Podemos perceber uma participação qualificada da juventude rural em todos os espaços de inserção política, como conselhos, partidos e à frente das diretorias dos STTRs. Boa parte dos Sindicatos do nosso estado já tem jovens nos diferentes cargos, inclusive na presidência”, comenta a diretora de Política para a Juventude da Fetape, Adriana do Nascimento.

Ela diz, ainda, que, mesmo com todas as dificuldades encontradas pela juventude camponesa, não apenas em Pernambuco, mas em todo o Brasil, os/as jovens, insistentemente, vêm dando conta do recado nas suas participações. “Obviamente, precisamos, como Movimento Sindical, ampliar nossos esforços para, cada vez mais, engajarmos nossa base juvenil nesses espaços, em especial, nos nossos Sindicatos, pois só a juventude rural poderá garantir a sucessão e continuidade de vida no campo pernambucano e brasileiro”.

E os jovens têm dialogado com as diferentes bandeiras de luta do MSTTR, participando de ações e mobilizações nos campos da agricultura familiar e assalariamento rural, na busca pelo acesso à terra, nos processos formativos e em todos os outros. Nessa caminhada, o encontro de gerações (relação entre os mais jovens e as pessoas de mais idade) promove o fortalecimento das ações do Movimento e permite um olhar mais consciente para o futuro. Uma troca de experiência, em que todos e todas só fazem ganhar.

Ações que vêm qualificando a atuação da juventude nas bases

- > Formação de turmas do Programa Jovem Saber
- > Realização dos Festivais Estaduais da Juventude Rural
- > Participação nos Festivais Nacionais da Juventude Rural
- > Inserção nos processos formativos do Itinerário Estadual da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc)
- > Participação em mobilizações, como Gritos da Terra Brasil, Nordeste, Pernambuco, e Marcha das Margaridas.
- > Fortalecimento da Comissão Estadual de Jovens Rurais - Cejor
- > Implementação do Consórcio Social da Juventude Rural – Rita Quadros
- > Implementação do Projeto Juventude em Formação
- > Encontros Municipais da Juventude Rural

Leia mais sobre a ação da juventude rural na história do MSTTR, no artigo da página 52.

Sob o olhar dos/as parceiros/as



“A relação da Fetape com os governos municipais é muito importante, porque permite que nós, gestores, tenhamos uma maior interlocução com o trabalhador e a trabalhadora rural, o que contribui diretamente com a implementação das políticas.”

Genivaldo Menezes Delgado
Prefeito de Águas Belas



“Nesses 50 anos, a Fetape tem avançado na perspectiva da construção de políticas públicas para a agricultura familiar em Pernambuco. Há, também, um novo jeito de pensar a relação movimentos sociais e governo e o diálogo com a sociedade.”

Aldo Santos
Secretário executivo da
Agricultura Familiar do Estado



Relação do MSTTR com o idoso rural: um respeito necessário

Uma vida inteira de dedicação ao campo, nem sempre reconhecida, recebe, em Santa Filomena, no Polo Sindical do Sertão do Araripe, “um carinho especial”. Essa é a análise de Alcilene Alves da Silva Rodrigues, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município. Reeleita em 2012, ela tem orgulho de participar da luta sindical rural há 11 anos e de poder compartilhar das experiências da terceira idade e levar, a essas pessoas, por meio do STTR, a consciência dos seus direitos.

Como tradição, desde 2003, o STTR de Santa Filomena realiza o Encontro da Terceira Idade, o que, provavelmente, deve ser um dos motivos que tem feito com que o número de sindicalizados/as idosos/as aumente a cada ano. Durante o evento, são realizadas palestras de esclarecimento e momentos de descontração e integração, com o objetivo de dialogar, de forma mais próxima, com essa categoria de associados/as. “Desde o início, a Fetape incentivou a realização dos encontros, o que tem ajudado a fortalecer o Movimento Sindical Rural em Pernambuco”, lembra Alcilene.

“O que é uma política pública para o idoso e a idosa? Pensar no que a terceira idade precisa, é o primeiro passo para entender e criar essas políticas.”

Nas palestras, são abordadas questões como saúde pública, cidadania, violência contra o/a idoso/a e acesso a direitos de uma forma geral. O momento também é de muito lazer e forró, garantindo a animação dos/as participantes. Essa é apenas uma das experiências desse tipo realizada em Pernambuco. Vários municípios do estado, com apoio da Coordenação da Terceira Idade da Fetape, promovem seus encontros anuais e contribuem para fortalecer a relação desse público com o Movimento Sindical Rural.

Os direitos dos/as idosos/as muitas vezes são desconhecidos pelo/a aposentado/a rural, que não tem acesso às leis referentes à categoria. Em 2003, entrou em vigor o Estatuto do Idoso, e a Federação, junto com os Sindicatos, em todo o estado, vem trabalhando para mostrar as políticas públicas específicas para a terceira idade, contribuindo, assim, para que esses homens e mulheres possam acessá-las.

“O que é uma política pública para o idoso e a idosa? Pensar no que a terceira idade precisa, é o primeiro passo para entender e criar essas políticas”, ressalta o coordenador da Terceira Idade da Fetape, José Rodrigues. Proteção, atenção, lazer, transporte adequado, respeito, direitos garantidos. Reivindicar essas questões, nos níveis municipal, estadual e federal, faz parte da rotina do Movimento Sindical, por meio de mobilizações, encontros e outras ações.

A expectativa e qualidade de vida do/a idoso/a no campo melhoraram muito nos últimos anos. Em 1971, a aposentadoria rural passou a ser um direito. “Antes disso, aqueles que não aguentavam mais trabalhar, iam pedir esmolas nas ruas e, muitos, morriam desnutridos”, lembra José Rodrigues. Com seu direito garantido, o/a idoso/a pode pensar em aproveitar sua vida de forma digna.

Os períodos de seca, por exemplo, eram épocas marcadas por saques aos mercados, por causa da ausência de comida e de água

para consumo. Hoje, mesmo com a seca considerada a pior dos últimos anos, muitas políticas públicas ajudam na sobrevivência dos/as trabalhadores/as, aposentados/as e suas famílias.

Cada conquista do Movimento foi marcada por muita luta. “Nada do que chegou no meio rural foi de graça”, reflete o coordenador da Terceira Idade, quando fala sobre as mudanças na vida do homem e da mulher do campo. Em 1988, a Constituição reconheceu o tempo de aposentadoria de 60 anos para o trabalhador rural e 55 anos para a trabalhadora; o salário mínimo integral (antes era meio salário) e a pensão por igual para ambos os gêneros. Outra conquista, foi o acesso a créditos bancários, com juros diferenciados, colaborando com o aumento da produção para as famílias.

A expectativa de vida do/a idoso/a mudou muito. Em 1999, a média de vida era de 33 anos. Em 2009, passou a ser 75 anos, resultado, entre outras questões, do reconhecimento público da terceira idade, por causa do Estatuto do Idoso, e da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, que fazem parte das conquistas do Movimento Sindical Rural.

Antônio Enoque de Souza, 72 anos, é associado do Sindicato de Santa Filomena e reconhece que a atenção ao idoso melhorou muito, nos últimos anos, com a ajuda da Federação e do Sindicato. Ele acredita que ainda tem muita coisa que precisa avançar, mas afirma perceber uma evolução, que vem trazendo mais conhecimento para a terceira idade e políticas públicas específicas. “A aposentadoria, por exemplo, foi uma conquista muito importante para a vida da gente”, lembra o aposentado.

Para o coordenador da Terceira Idade da Fetape, um grande desafio para os próximos anos é a criação de cursos de formação política que ofereçam, para além da divulgação dos direitos dos/as idosos/as, um acompanhamento e uma assistência continuados.



Conquistas e ações do MSTTR em relação aos/as idosos/as

- > Estatuto de Idoso
- > Plano Nacional de Saúde (PNS)
- > Aposentadoria
- > Tempo para a aposentadoria reduzido
- > Criação da Coordenação da Terceira Idade na Fetape, em 2006
- > Encontros para levar consciência política aos/as idosos/as
- > Atenção do Movimento Sindical com o/a idoso/a, trabalhando o indivíduo, o grupo e a comunidade

Leia mais sobre a ação do MSTTR junto à terceira idade, no artigo da página 55.



Seca: um fenômeno antigo, uma convivência possível

O ano de 2012 colocou em pauta, mais uma vez, os desafios existentes para que as famílias do semiárido pernambucano convivam com a estiagem. Desde o mês de abril, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) tem reivindicado dos governos Federal e Estadual uma série de medidas que contribuam para minimizar as consequências da escassez de água, em dezenas de municípios, que tem feito com que os/as agricultores e agricultoras percam sua produção e comecem a perder o que têm de mais forte: a esperança.

Na opinião do coordenador do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação no Semi-Árido Brasileiro, em Pernambuco, Antônio Barbosa, a convivência com a estiagem está associada ao saber viver integrado a uma região, já que a espécie humana tem uma capacidade muito grande de adaptação. “Para viver no semiárido, tem que ter uma lógica de

estoque de sementes, alimentos e água. O semiárido brasileiro, além de ser um dos mais populosos do planeta, é também um dos em que mais chove”, analisa.

Em 18 de junho de 2012, a Fetape passou a fazer parte do Comitê Integrado de Combate aos Efeitos da Estiagem, por meio do Decreto nº 38.335, instituído pelo Governo do Estado, sendo a única representante dos movimentos sociais. Desde então, tem levado constantemente propostas, denúncias e alternativas para diminuir o sofrimento das vítimas da seca no estado.

Na avaliação do presidente da Fetape, Doriel Barros, os desafios continuam a ser emergenciais e estruturantes, como no passado. “Precisamos garantir que as famílias recebam as ações que são essenciais para elas, como água de qualidade para o consumo humano, e água e ração para os animais, que estão morrendo de sede e fome”.

“**Para viver no semiárido, tem que ter uma lógica de estoque de sementes, alimentos e água. O semiárido brasileiro, além de ser um dos mais populosos do planeta, é também um dos em que mais chove”.**

A Fetape compreende que o Estado precisa criar e implementar um conjunto de obras que já foram propostas pelo Movimento Sindical, por meio de pautas dos Gritos da Terra Brasil e Pernambuco. “O poder público deve abastecer as propriedades rurais com estruturas hídricas, como cisternas, barragens subterrâneas, poços artesianos e também açudes médios. Isso, além de assegurar às famílias a condição de poder organizar e guardar o alimento para dar ao gado no período mais crítico”, analisa Doriel.

Outro ponto destacado por ele são as adutoras, que serão interligadas com a transposição do rio São Francisco. “Esperamos que o Estado também possa fazer vários ramais nessas adutoras, de forma a atender as pequenas propriedades rurais e não só aos grandes produtores”, comenta o presidente.

Mobilizações

Nessa luta por uma convivência digna dos/as trabalhadores/as com essa realidade da seca, a Fetape preparou um documento pontuando as necessidades das famílias, realizou mobilizações junto com Polos Sindicais do Sertão, tem monitorado as ações dos governos Estadual e Federal e tem buscado articulações importantes e estratégicas.

Os diálogos ocorrem principalmente com Sindicatos, mas também com outras organizações não governamentais e movimentos sociais parceiros, Igreja Católica, parlamentares e com representantes dos próprios governos. “Este é um momento em que não podemos ficar de braços cruzados, aguardando só o que será feito pelo Estado. A sociedade civil também tem um papel, e temos responsabilidade suficiente para assumi-lo, como sempre fizemos, ao longo desses 50 anos”, argumenta Doriel.

O Agreste também tem sofrido as consequências da estiagem, e as articulações e mobilizações do Movimento Sindical Rural, na tentativa de amenizar as consequências da estiagem, não param. “Hoje, temos apenas 40% dos animais, porque

eles estão morrendo; todas as nossas fontes estão secando. Estamos usando toda a força do Sindicato na região para tentar reduzir o sofrimento das famílias. Fizemos manifestações, reuniões com os agricultores, com o governo, e continuaremos fazendo tudo o que for preciso, para evitar a continuidade desse sofrimento”, pondera o presidente do STTR de Águas Belas, no Polo Sindical do Agreste Meridional, Andre de Santana Paixão.

Problemas do passado retornam no presente

Olhando para a História do Brasil e, especialmente, do Nordeste, não é de hoje que existem grandes ciclos de escassez de chuvas na região semiárida. As primeiras estiagens de que se tem notícia datam do período entre 1580 e 1583. Nessa época, houve uma seca que prejudicou vários engenhos, e muitas fazendas sofreram com a falta de água. Era o tempo das capitanias hereditárias.

Hoje, o Nordeste vive uma das piores estiagens dos últimos 30 anos. Os agricultores e agricultoras familiares perderam suas lavouras, e os animais estão morrendo de fome e sede. Só em Pernambuco, dos 184 municípios, 121 decretaram situação de emergência ou calamidade, dos quais 115 foram reconhecidos pelo Governo Federal, até o dia 15 de novembro de 2012.

Apesar dos desafios, o Movimento Sindical Rural não desiste, e se inspira nas lutas do passado, para fortalecer sua ação. Uma experiência marcada na história, ocorreu entre 1979 e 1984, quando o Nordeste também viveu uma grande seca. Diante da grave situação, o Polo Sindical do Sertão do Pajeú foi o primeiro a realizar várias mobilizações, com o objetivo de denunciar e chamar a atenção da opinião pública contra as ações de “combate à falta de chuvas”, realizadas pelo Governo Estadual, que só beneficiavam as elites, segundo o dirigente sindical Antônio Marques dos Santos, 75 anos, presidente do STTR de Afogados da Ingazeira na época. “A situação dos

sertanejos era de extrema pobreza e exploração da mão de obra, por parte dos fazendeiros. Precisávamos reagir àquela realidade cruel”, explica. No dia do ato público em Afogados da Ingazeira, cinco mil pessoas estavam nas ruas reivindicando melhores condições de vida na região.

No documento construído pelos dirigentes sindicais, naquela época, constavam reivindicações, como alistamento de todos/as os/as trabalhadores/as, sem distinção de sexo, a partir dos 14 anos; pagamento de um salário mínimo; e alguns itens que também estão na pauta atual do MSTTR, como a construção de obras comunitárias (açudes, barragens, poços artesianos), dentre outros.

Diante da pressão, as exigências foram atendidas pelo poder público da época. “Foi um ato que marcou o estado e serviu de referência para outras regiões do Nordeste atingidas pela estiagem”, comenta Antônio Marques. Em pouco tempo, outras cidades da região começaram a se organizar para lutar por melhores condições de convivência com a seca.

Para Doriel Barros, isso prova que as pautas do Movimento Sindical Rural já vêm sendo apresentadas há muito tempo. “O que precisamos é ser escutados, cada vez mais, pois estamos na base e trazemos aqui as demandas de milhares de homens e mulheres que sabem que não podem resolver o problema da seca, mas também têm a consciência que, se lhes forem dadas as condições, conseguem conviver com ela”.

“**A situação dos sertanejos era de extrema pobreza e exploração da mão de obra, por parte dos fazendeiros.”**

Mais do que uma casa, um espaço de vida digna

“Eu quero uma casa no campo, onde eu possa ficar no tamanho da paz...”. Assim cantava Elis Regina, e esse sempre foi um dos grandes desejos do homem e da mulher que vivem no meio rural: ter uma moradia digna, que acolha sua família e os seus sonhos. E foi por perceber que essa era uma grande demanda das populações do campo, que o Movimento Sindical Rural, nas diferentes edições do Grito da Terra Brasil, reivindicou uma ação efetiva do Governo, na perspectiva da construção de casas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Hoje, essa conquista tem nome: Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

O PNHR foi criado pelo Governo Federal, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Em Pernambuco, desde o início deste ano (2012), a Fetape e os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais assumiram a responsabilidade de mobilizar e realizar o controle social do Programa em vários municípios. Nesse sentido, têm feito o cadastramento das famílias e acompanhado a ação das entidades responsáveis pela elaboração dos projetos e construção das unidades habitacionais.

As primeiras moradias já foram erguidas, e a expectativa é de que, até o final do ano, 160 casas estejam finalizadas. A organização executora dessas primeiras unidades habitacionais é a cooperativa Bemorar. “Vamos trabalhar o quanto for preciso para garantir que os trabalhadores e trabalhadoras acessem esse direito. Não podemos admitir que famílias que produzem para alimentar toda a sociedade fiquem sem uma moradia digna. Estamos felizes com essas primeiras casas, mas queremos fazer muito mais”, avalia o presidente da Fetape, Doriel Barros.



Dinâmica atual do Programa

Município	Situação geral
Bom Conselho	57 unidades serão construídas; 20 estão prontas; 15 em fase de construção; as demais ainda serão iniciadas. Outros 50 contratos estão em fase de elaboração.
Águas Belas	50 unidades serão construídas; 13 estão prontas; 12 em fase de construção; as demais ainda serão iniciadas.
Lagoa do Ouro	57 unidades serão construídas; 12 estão prontas; 17 em fase de construção; as demais ainda serão iniciadas.
Jupi	27 aprovadas – estão em fase de assinatura do contrato.
Caetés	35 aprovadas – estão em fase de assinatura do contrato.
Capoeira	20 aprovadas – estão em fase de assinatura do contrato.
Iati	50 aprovadas – estão em fase de assinatura do contrato.
Afogados	31 contratos em fase de elaboração.
Orocó	50 contratos em fase de análise da Caixa.
Garanhuns	50 contratos em fase de análise e mais 50 em processo de elaboração.

Fonte: Cooperativa Bemorar – NOV/2012



UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

Para contribuir com o resgate da história do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), nesses 50 anos, as duas edições do Jornal da Fetape de 2012 (março e agosto) trouxeram artigos produzidos pela Diretoria Executiva e assessorias, fazendo um recorte dessa caminhada. Essa produção foi considerada de relevante importância para expressar a luta do MSTTR no estado e, por isso, está sendo reeditada nesta revista.

Traços importantes da nossa história

A Fetape comemora, em 2012, meio século de vida. São cinquenta anos dedicados à construção de uma sociedade justa, humana e igualitária, que reconheça e valorize sua gente, assegurando as condições dignas de cidadania e justiça social no campo. Esses foram os ideais que nortearam a fundação da Federação e que buscaram unificar, nas três regiões do estado: Mata, Agreste e Sertão, a luta dos trabalhadores/as rurais.

Ao final dos anos 50, com a criação das Ligas Camponesas, que lutavam por Reforma Agrária, foram sendo constituídos os nossos primeiros Sindicatos, como representantes legais da luta por terra, melhores salários e cidadania no campo. Vale ressaltar que, no início dessa organização, muitos foram os momentos de dificuldades e desafios que, apesar dos sofrimentos causados, também foram gratificantes, pelo fato de darem origem ao momento histórico e efervescente de estruturação de uma instituição que buscasse unificar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais: a Fetape.

Em prol dessa luta, que se iniciou em 1962, muitos companheiros tombaram no campo de batalha pela truculência dos patrões e governos autoritários. Vale salientar que, dois anos após sua fundação, veio o Golpe Militar de 1964, que cassou vários dirigentes sindicais, entre eles, o ex-presidente da Fetape, o companheiro inesquecível Euclides Nascimento, que, bravamente, enfrentou a ditadura militar junto com outros diretores de vários Sindicatos e da própria Federação. Nesse período, a Fetape foi exemplo de resistência contra a ditadura e pela redemocratização do nosso país.

Outro fato marcante ocorreu no ano de 1979, quando fizemos a primeira greve dos/as canaveiros/as



do estado de Pernambuco e, porque não dizer, a primeira greve de trabalhadores/as assalariados/as rurais do Brasil. Para essas pessoas foi um momento histórico, pois teve como ponto de partida não apenas a luta pela melhoria da qualidade de vida do homem do campo, mas a importância política no enfrentamento à ditadura militar e ao fato de os usineiros manterem muitos canaveiros como se fossem verdadeiros escravos.

Marca também essa história, a participação do Movimento Sindical dos Trabalhadores/as Rurais, junto com a sociedade brasileira, no apoio à emenda Dante de Oliveira, que se constituía na decisão de eleições diretas para a Presidência da República. Já em 1993, outro marco na história do Movimento, organizado pela nossa Federação, foi a ocupação da Sudene.

“...Na força da luta, o vermelho se faz, o verde é o campo e o branco é a paz.”

Do ponto de vista de organização da categoria, a Fetape começa a articular a organização das mulheres rurais, nos anos 80, constituindo-se, nessa época, a primeira Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, tendo como foco as lutas contra a violência, pelo direito de igualdade entre homens e mulheres, pelo acesso à terra, ao crédito, à saúde diferenciada, entre outras.

Da mesma forma, no final dos anos 90, e em função do êxodo rural, a Fetape promoveu a organização da juventude, objetivando manter e promover as condições necessárias para a permanência dos jovens no campo. Nesse sentido, muitas foram as conquistas em termos de políticas públicas direcionadas para a juventude no meio rural.

Ainda no final dos anos 90 e início de 2000, até a presente data, a luta da Federação se mantém firme na organização dos/as agricultores/as familiares e dos/as assalariados/as pelo acesso à terra. Somos, hoje, o movimento que mais ocupou áreas nesses últimos dez anos. Além dessa conquista, temos o maior assentamento de reforma agrária do Brasil, conhecido como assentamento Miguel Arraes, localizado nas cidades de Catende, Xexeu, Água Preta, Palmares e Jaqueira. Esse tem um diferencial que merece destaque, por sua organização e funcionamento, já que é administrado pela Cooperativa Harmonia, cujos dirigentes são os trabalhadores e trabalhadoras rurais do assentamento.

A nossa Federação sempre foi destaque em nível nacional, não apenas pelo fato das grandes mobilizações, mas como propositora de políticas voltadas para os/as rurais, que se tornaram, ao longo do tempo, políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), políticas de acesso à terra, entre outras.

Vale a pena lembrar, ainda, que fomos propositores da criação da nossa Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

No início do século XXI, a Fetape, mais uma vez, se destaca no cenário nacional, ao propor que os/as trabalhadores/as rurais não ficassem somente na reivindicação e nem na proposição, mas participassem ativamente das disputas eleitorais em nível local, estadual e nacional, com representantes no Legislativo e no Executivo, como forma de fortalecer a formulação de políticas públicas e a luta dos homens e mulheres do campo.

Em 2004, elegemos alguns vereadores e vereadoras. Já em 2008, participamos ativamente das eleições municipais, com cerca de 100 candidatos/as a vereadores/as e prefeitos, elegendo mais de 50 companheiros/as. Um destaque nesse ano foi a vitória emblemática e de grande significado político para nossa categoria, com a eleição do companheiro Genivaldo Meneses para prefeito da cidade de Águas Belas, demonstrando que trabalhadores/as rurais têm competência para administrar não apenas Sindicatos, mas também prefeituras, secretarias etc.

No ano de 2010, a Fetape, buscando consolidar sua força política, apresenta Manoel Santos para deputado estadual, assegurando uma grande vitória, obtendo mais de 42.000 votos. Pela primeira vez na história de Pernambuco, um trabalhador rural foi eleito para a Assembleia Legislativa. Além dessa vitória política, tivemos outra, que foi a construção de uma chapa única para a Direção da Fetape, demonstrando a capacidade política de superação e possibilidade de se construir a unidade na diversidade.

Por essas razões, a Fetape sempre levantou como bandeira o princípio da democracia participativa e, por isso, no seu hino, impõe o seguinte ideal:

“...Na força da luta o vermelho se faz, o verde é o campo e o branco é a paz.”

50 ANOS DE GLÓRIA.
VIVA A FETAPE!

Doriel Barros
Presidente da Fetape

Sob o olhar dos/as parceiros/as



“A parceria do Banco do Brasil com a Fetape vem sendo reforçada ao longo dos anos, para buscar os melhores caminhos para a agricultura no estado. A Federação, por meio de sua Diretoria, é um importante canal para essa relação com os agricultores e agricultoras.”

José Antônio Guedes Mendonça
da Superintendência do Banco do Brasil



A Fetape resgata direitos sociais esquecidos em toda a história brasileira. A Federação orgulha a gente, porque ela deu os primeiros passos num momento muito difícil, num período autoritário, em que ninguém podia ir e vir, exercer o seu direito constitucional, e a Fetape sempre resistiu. Esse aniversário de 50 anos é um momento singular para a história de Pernambuco.”

Getúlio de Sá Godim
Diretor Presidente do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco - Iterpe



A história de lutas e conquistas dos/as assalariados/as rurais de Pernambuco

Por Paulo Roberto Rodrigues Santos
Diretor de Política Salarial da Fetape
Ana Paula de Albuquerque
Assessora da Diretoria de Política Salarial

Pode-se afirmar, hoje, que a luta dos assalariados e assalariadas rurais de Pernambuco avançou nesses 50 anos de história da Fetape, principalmente pela conquista de dois grandes acordos, sendo um celebrado pela categoria dos trabalhadores/as canavieiros/as da Zona da Mata, no ano de 1979; e o outro da hortifruticultura irrigada do Vale do São Francisco/PE, em 1994.

Essas conquistas só foram possíveis a partir da organização dos assalariados e assalariadas rurais para combater a exploração no trabalho, promovida pelos grandes latifundiários nas relações entre o capital e o trabalho, tanto na lavoura canavieira, quanto nas fazendas de uvas e mangas do Vale do São Francisco.

Os acordos, celebrados em Convenção Coletiva de Trabalho, possibilitaram aos assalariados e assalariadas rurais a garantia de direitos trabalhistas, sociais e econômicos que, até então, não eram disciplinados.

Foi nessa época que o sindicalismo aflorou em Pernambuco, com as lutas pelos direitos sociais, combate à concentração de terras e à violência no campo. No Brasil e no mundo inteiro, sempre houve conflitos de interesses entre capital e trabalho. Enquanto o trabalhador emprega sua mão de obra e luta para ganhar um salário justo e digno, o empresariado, representando o capital, procura explorar o/a trabalhador/a e, muitas vezes, comete violência contra esses, para obter maiores lucros e crescer economicamente, aumentando o seu poder político perante a sociedade.

Na década de 50, os/as trabalhadores/as assalariados/as, principalmente, na área canavieira do estado, iniciaram as primeiras mobilizações, com o objetivo de denunciar as irregularidades nas relações do trabalho praticadas pelo patronato. Porém, as mobilizações no meio rural brasileiro intensificaram-se, especialmente em Pernambuco, na década de 60, com a criação das Ligas Camponesas, que não limitou a sua atuação à área canavieira, mas também atingiu o Agreste, pela defesa da permanência dos/as trabalhadores/as arrendatários/as e pela Reforma Agrária.

Em 1963, com a primeira e maior greve geral do setor canavieiro, houve o primeiro acordo da cana, com a participação do então governador Miguel Arraes de Alencar, o conhecido "Acordo do Campo". Mesmo com os/as trabalhadores/as já organizados em sindicatos, era predominante, na Zona da Mata, a monocultura da cana de açúcar, secularmente explorada pelos senhores de engenhos e usineiros.

Com o Golpe Militar de 1964, e o afastamento do governo popular, houve intervenção em 30 dos 35 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata canavieira de Pernambuco. Isso causou um mal-estar nos Sindicatos, gerando grave crise política e financeira.

Nesse mesmo momento, os usineiros e senhores de engenhos se aproveitaram do regime da ditadura e voltaram a explorar os trabalhadores e trabalhadoras, sem que os mesmos pudessem avançar nas suas reivindicações, por causa da perseguição do forte regime ditatorial.

A retomada das lutas coletivas

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na zona canavieira retomou as lutas coletivas em 1979, sob a coordenação da Fetape e mais 24 Sindicatos. Na época, foi pensada uma greve geral, organizada por todos os STTRs da região, para durar uma



semana. No entanto, essa mobilização foi antecipada pelos Sindicatos de São Lourenço da Mata (presidido na época por Agapito) e Paudalho (presidido por Beija-Flor), resultando numa grande manifestação de trabalhadores/as insatisfeitos/as com a exploração, naquele período. Vendo isso, a classe patronal cedeu às reivindicações e logo chegou a um acordo com os/as trabalhadores/as, que conquistaram um aumento salarial de quase 60% acima do salário mínimo da época, além de outras vantagens econômicas, políticas e sociais.

A Fetape, hoje, representa e organiza, a cada ano, as campanhas salariais da Zona da Mata e do Vale do São Francisco. Em números, podemos afirmar que, no período de safra do Vale do São Francisco-PE, a geração de emprego gira em torno de 120 mil trabalhadores/as assalariados/as, nas várias atividades, que vão do plantio à colheita de uvas e mangas. Já na safra da cana de açúcar da Zona da Mata, é possível contabilizar cerca de 90 a 100 mil trabalhadores/as assalariados/as.

Mesmo contabilizando avanços expressivos para a mudança de vida dos/as assalariados/as rurais, a Diretoria de Política Salarial da Fetape reconhece que muita coisa ainda precisa melhorar para essa categoria, a despeito das políticas sociais, que ainda são muito tímidas para o campo, a exemplo da



habitação, educação, saúde, entre outros direitos sociais básicos.

O cenário atual nos mostra que ainda é preciso avançar, e muito, pois existe, no Brasil, cerca de 4,78 milhões de assalariados/as rurais, ocupados/as em atividades agrícolas (Pnad/IBGE de 2009). Desse total, aproximadamente 65% não têm registro na Carteira de Trabalho e Assistência Social (CTPS), o que dificulta o acesso dessas pessoas aos seus direitos trabalhistas e previdenciários. Quanto à ocupação dos assalariados/as rurais, cerca de 2,6 milhões são empregados/as permanentes e 2,1 milhões são trabalhadores/as temporários/as, que englobam os/as safristas, os/as empregados/as da agricultura familiar, e outros. (Dados coletados pela Subseção do Diesse / Contag).

Reforma Agrária, quando? Já!!!

Por Eraldo José de Souza
Diretor de Política Agrária
e Meio Ambiente

Antônio Francisco da Silva (Ferrinho)
Coordenador de Meio Ambiente

Aglailson Paixão
Assessor da Diretoria de Política Agrária
e Meio Ambiente

Jeedson Souza
Assessor da Coordenação
de Meio Ambiente

No Brasil, hoje, há 8.792 projetos de assentamentos coordenados pelo Incra, ocupando uma área superior a 85.866.200 hectares, o que corresponde a mais de 10% do território nacional. (Fonte: Incra Nacional e Instituto de Terras de Pernambuco). Esses dados crescem, significativamente, quando consideramos também os números do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), uma conquista do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), de complementação ao processo de Reforma Agrária. Desde 1998, com o Projeto-piloto Cédula da Terra e, depois, em 2002, já PNCF, o governo vem adquirindo imóveis, que não são passíveis de desapropriação, para homens e mulheres do campo.

Em Pernambuco, existem 346 assentamentos do Cédula da Terra e Crédito Fundiário, beneficiando mais de 5.400 famílias. Quando esse número é somado aos dados do Incra, chegamos a 16 mil famílias assentadas pelos Programas de Reforma Agrária. No entanto, é importante dizer que esses números são frutos de ações organizadas pela Fetape, muitas vezes pacíficas e, outras, nem tanto.

Nesses 50 anos de Luta, a bandeira da Reforma Agrária esteve, muitas vezes, manchada de sangue. Muitos Companheiros tombaram sem vida, em favor dessa causa. Fatos ocorridos, a exemplo dos assassinatos de Fugêncio Manuel da Silva, no



Sertão; Evandro Cavalcanti, de Surubim, no Agreste; e Evanduir Pereira, do Sindicato de Aliança, na Mata, fazem desses homens e de muitas mulheres verdadeiros/as mártires do campo. São pessoas que o MSTTR deve estar sempre lembrando e que não podem deixar de ser homenageadas nesses 50 anos de existência. REFORMA AGRÁRIA, QUANDO? JÁ!!!

Quando observamos os dados do Incra, verificamos que muito ainda temos que fazer, pois não falta terra em Pernambuco para realizar a tão sonhada reforma agrária. São 687 grandes propriedades improdutivas, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR/Incra), que somam 678.025,57 hectares de terra. Também não falta gente para ser assentada, já que, atualmente, só a Fetape coordena, por meio da Diretoria de Política Agrária e Meio Ambiente, mais de 3 mil famílias acampadas.

Nesses 50 anos de Luta, a bandeira da Reforma Agrária esteve, muitas vezes, manchada de sangue.

Antigas lutas, novas ações

Nos últimos anos, a Federação vem implementando grandes ações para os/as trabalhadores/as que não têm as suas terras regularizadas. Um exemplo disso são as iniciativas de Regularização Fundiária e o Reordenamento Agrário, que ocorrem numa articulação com o Instituto de Terras de Pernambuco (Iterpe), por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Esse trabalho vem sendo implementado nas regiões do Agreste Meridional e Araripe, mas, certamente, será ampliado para outras regiões do estado. Ações de massa também vêm sendo realizadas nesses anos de luta: Grito da Terra Pernambuco, Grito da Terra São Francisco, ocupações nas Superintendências do Incra, ocupação da Codevasf, audiências públicas com os atingidos por barragens na região do São Francisco, a exemplo das ações do município de Santa Maria da Boa Vista; além de iniciativas junto ao Ministério Público e a Promotoria Agrária Estadual e Ouvidoria Agrária Nacional.

Muito já se conquistou nesses 50 anos de luta, no Sertão, Agreste e na Zona da Mata. Várias batalhas foram vencidas e sonhos foram realizados, mas muita coisa ainda precisa mudar. A bandeira da Reforma Agrária do Movimento Sindical continuará passando por muitas cercas, quebrando a hegemonia do latifúndio e conquistando o direito à terra, para os nossos trabalhadores e trabalhadoras. Continuaremos reivindicando melhorias para agilizar os processos de vistorias, desapropriações, negociações, aplicação dos créditos, assessoria técnica social e produtiva, elevando nossa bandeira até o mais alto dos mastros, ocupando o latifúndio improdutivo, ou os que não estejam cumprindo a função social da terra.

Um fator importante na Coordenação do Meio Ambiente é a busca pela conscientização e mudanças de posturas.



Mudar o mundo sem agredir o meio ambiente

AFetape, ao longo dos seus 50 anos, vem desenvolvendo uma trajetória bem sucedida na busca pela consolidação de políticas públicas para trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Nessa perspectiva, as questões ambientais também são pautadas pelo conjunto da Federação, por meio de ações no campo da saúde do trabalhador e trabalhadora, organização da produção (produtos livres de agroquímicos) e no processo de organização para emissão das licenças ambientais.

No último Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a Fetape instituiu a Coordenação de Meio Ambiente, que está ligada à Diretoria de Política Agrária. Nesse contexto, o Movimento Sindical, por meio da Federação, passa a interagir de forma mais efetiva com as questões relacionadas à preservação ambiental.

Essa junção da Diretoria de Agrária e Coordenação de Meio Ambiente permite o alargamento de ações para o conjunto do MSTTR. As Licenças Ambientais, por exemplo, passam a ser discutidas pela Coordenação com o apoio da Agrária.

A Federação tem fomentado sua participação em espaços importantes e estratégicos para o MSTTR em Pernambuco, a exemplo do Conselho Estadual de Meio Am-

biente (Consema), o que permite que o Movimento Sindical paute, questione e reivindique ações no campo da preservação ambiental para trabalhadores/as rurais. Já a participação no Fórum sobre os Agrotóxicos tem possibilitado, entre outras coisas, a discussão e elaboração de denúncias de agressão ao meio ambiente. Atualmente, estamos engajados na campanha de combate aos agrotóxicos pela saúde do/a trabalhador/a.

A água também é um tema bastante pertinente para a Fetape. A luta pelo direito ao acesso à água de qualidade, para quem ainda não tem, está entre os esforços da Federação, através de sua participação na Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA).

Outro fator importante na ação da Coordenação de Meio Ambiente é a busca pela conscientização e mudanças de posturas. Estamos envolvidos com a campanha 1 Milhão de Árvores, onde se organiza a Campanha de Reflorestamento da Fetape; bem como na busca por garantir a qualidade da alimentação, a redução do desperdício, a erradicação dos descartáveis, a discussão sobre os riscos da nanotecnologia e das mudanças climáticas etc.

A Fetape tem conseguido inúmeras vitórias ao longo desses seus 50 anos e, com essas ações, viabilizará uma vida mais digna e com qualidade para os/as trabalhadores/as do campo e da cidade e o respeito ao meio ambiente.

Por Israel Crispim
Diretor de Política
Agrícola da Fetape

Adauto Bezerra
Assessor da Diretoria de
Política Agrícola

Tatiana Ribeiro
Assessora da Diretoria de
Política Agrícola

**Marcílio Carlos
Oliveira Pinto**
Ex-assessor da Diretoria
de Política Agrícola



Os frutos de uma luta permanente: assistência técnica, crédito e comercialização

Os números da agricultura familiar em Pernambuco chamam a atenção. De acordo com o site do Nordeste Rural 2011, são 275.740 propriedades rurais, que correspondem a 90% das unidades agropecuárias do estado. Se considerarmos uma média de quatro pessoas por propriedade, contamos com mais de 1 milhão de pessoas (envolvendo todas as faixas etárias).

Essas propriedades da agricultura familiar ocupam 47% da área total dos estabelecimentos agropecuários de Pernambuco e são responsáveis por 83% (780.048) do pessoal ocupado (com idade

ativa para a produção) no meio rural e 52% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do estado. A agricultura familiar responde, por exemplo, por 97% da produção de mandioca, 91% do feijão, 90% do arroz em casca, 89% do milho em grão, 81% da produção dos suínos e 61% do leite no estado. (Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011).

Nas primeiras décadas de existência da Fetape, a agricultura familiar era caracterizada pela extrema pobreza dos grupos que viviam ao lado da grande propriedade monocultora, completamente iso-

lados. Dados históricos apontam que essas famílias construíam suas casas às margens dos rios e cultivavam produtos alimentícios, de subsistência.

Mesmo sem ter uma diretoria específica, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), nos seus primeiros 30 anos, sempre teve como bandeiras de luta muito fortes a garantia de políticas de assistência técnica, crédito, beneficiamento e comercialização dos produtos e o fortalecimento das entidades associativas e cooperativas dos/as trabalhadores/as rurais.

Agricultura Familiar em Pernambuco: 275.740 propriedades rurais, que correspondem a 90% das unidades agropecuárias.

Antes da inundação do município de Petrolândia, na região de Itaparica, no ano de 1986, a Fetape promoveu uma grande ocupação na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), que foi uma mobilização para não deixar desabrigados/as os/as agricultores/as atingidos, principalmente buscando garantir uma indenização justa para as famílias. Isso fez com que fosse aperfeiçoada a Tabela de Lavoração, instrumento que se mantém até hoje e tem utilização em outros estados, inclusive por outras instituições.

A ocupação da Sudene, no ano de 1993, possibilitou um grande avanço nas diversas políticas de ação do MSTTR, entre elas, a Ater, o Crédito, a constituição da Articulação no Semi-Árido (ASA), inicialmente com foco na instalação de cisternas de placas, a estruturação do Fórum Seca (com a participação de várias entidades da sociedade civil), como também deu início à discussão para estruturação e fortalecimentos dos conselhos municipais - ações lideradas, entre tantos outros companheiros, por José Rodrigues, Antônio Marques, Manoel Santos, Francisco Urbano e Evelino Ganze, pela Contag.

No ano de 1995, uma mobilização nacional feita pela Contag garan-

tiu a constituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Já em 1997, a ocupação do Ministério do Planejamento, que contou com forte participação da Fetape, assegurou, como resultado, a afirmação e ampliação, com destinação orçamentária definida, do Pronaf e diminuição de juros.

Apesar de todo esse trabalho ao longo dos anos, a Fetape só veio a definir uma Secretaria de Política Agrícola no ano de 1993, tendo como seu primeiro secretário, Antonio Marques, do Polo Sindical do Pajeú, que se manteve por dois mandatos seguidos. Posteriormente, com um mandato, Januário Moreira, do Polo Petrolândia, coordenou as ações até o ano de 2001. No ano de 2002, Adelson Freitas de Araújo, do Polo Sindical do Agreste Central, assumiu e permaneceu por dois mandatos. Atualmente, Israel Crispim, do Polo Agreste Setentrional, encontra-se na coordenação.

Esforços voltados para o fortalecimento da Política Agrícola

A atual Diretoria Executiva da Fetape, coordenada por Doriel Barros, bem como os esforços de outros diretores/as que passaram pela Federação foram e são fundamentais para o fortalecimento da Política Agrícola. Cabe destacar que muitos avanços nesse campo se deram, também, com a presença de nossos representantes do estado na Contag: o saudoso Euclides Nascimento, primeiro pernambucano a fazer parte daquela Confederação, posteriormente, José Francisco, Manoel Santos e, atualmente, Aristides Santos. Todos vêm contribuindo, ao longo dos anos, na construção e aperfeiçoamento de um conjunto de políticas estruturantes, a exemplo do Pronaf, PAA, Pnae e Garantia Safra, e na promoção do aumento do volume de recursos, além da constituição de parcerias estratégicas para os/as trabalhadores/as rurais.

Sob o olhar dos/as parceiros/as



“Falar da história das lutas libertárias é reservar um capítulo especial à Fetape, pelo seu compromisso com os interesses dos povos do campo, em Pernambuco e no Brasil, o que tanto fortaleceu a democracia e a organização camponesa.”

Givanilson Silva
Diretor Presidente do Instituto
Cidadania do Nordeste (ICN)



“A parceria entre a Fetape e o BNB tem sido muito exitosa, pois tem contribuído diretamente para a resolução de problemas entre os Sindicatos e o Banco do Nordeste. Esperamos que essa relação se fortaleça, nos próximos anos.”

José Plácido da Silva Filho
Gerente Executivo Estadual do
Pronaf BNB



Algumas conquistas e dados mais recentes, a partir das lutas do MSTTR:

- > Contratação de duzentos e vinte técnicos de nível superior e médio pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), para prestarem serviço de assistência técnica e extensão rural aos/as trabalhadores/as em todo o estado.
- > Institucionalização, no estado, da Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, em 2011, resultado de uma série de reivindicações do MSTTR, desde o Grito da Terra Pernambuco de 2009.
- > Plano Safra 2011/2012 - Pernambuco terá R\$ 650 milhões para ações do Pronaf.
- > Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - para o ano de 2012, o estado terá uma liberação de R\$ 37,6 milhões. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), nas compras da agricultura familiar com doação simultânea (CPR Doação), no ano de 2010, Pernambuco ficou em 4º lugar no volume de recursos aplicados, o que corresponde a quase R\$ 18 milhões.
- > No Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), tem havido um crescimento de municípios aderindo à compra pela agricultura familiar, o que tem proporcionado um fornecimento de alimentos mais saudáveis, gerando mais uma fonte de renda para agricultores/as. Isso acontece principalmente onde há uma forte parceria entre os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e a administração municipal.
- > Programa Garantia Safra 2011/2012 - Passarão de 90 mil para 130 mil cotas disponíveis para o seguro no estado.

Atualmente, a diretoria tem se empenhado em aprimorar as políticas já conquistadas, por meio da contribuição na construção das pautas dos Gritos da Terra, nos níveis estadual, regional e nacional.



A atual diretoria tem se empenhado em aprimorar as políticas já conquistadas, por meio da contribuição na construção das pautas dos Gritos da Terra, nos níveis estadual, regional e nacional. Ela também tem estado presente nos diversos espaços onde se discutem as políticas estratégicas, a exemplo do Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Câmaras Técnicas de Ater e Crédito, Conselho de Segurança Alimentar (Consea), como também tem atuado junto à Conab a fim de promover a inserção dos agricultores e agricultoras nos espaços de comercialização, assim como acontece na Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf), com aproximadamente 350 agricultores/as fazendo rodízio para comercializar seus produtos.

No que se refere à Ater, o Agro B, estratégia de crédito nascida no seio do MSTTR em parceria com o Instituto Cidadania Nordeste (ICN), tem atendido os/as trabalhadores/as rurais em suas comunidades e nos STTRs, também em parceria com o Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

Por fim, uma estratégia assumida desde o ano de 2011, de circular em todos os Polos Sindicais, anualmente, para possibilitar a formação constante dos dirigentes sindicais, que tem pautado, além a legislação e operacionalização de programas e políticas como o Pronaf, DAP, PAA, Pnae, renegociação das dívidas, Garantia Safra, entre outros assuntos importantes para o MSTTR, tem sido definida como ação prioritária desta diretoria.

Colaboraram neste artigo

Adelson Freitas, Antoninho Rovaris, Antônio Marques, Aristides Santos, Doriel Barros, José Rodrigues, Luiz Aroldo, Manoel Santos e Severino da Luz (Biu da Luz).

30 anos de organização das mulheres trabalhadoras rurais no sindicalismo

Por Maria Severina de França (Sílvia)
Diretora de Política para as Mulheres da Fetape

Elaine Neves
Assessora da Diretoria de Política para as Mulheres

Mesmo sem visibilidade, as mulheres trabalhadoras rurais sempre participaram do espaço público, sempre estiveram presentes nas lutas por acesso à terra, assistência técnica, saúde, educação, ao crédito e no combate ao trabalho infantil e escravo.

Em Pernambuco, as mulheres trabalhadoras rurais começaram a se organizar em 1982, fazendo pequenas reuniões no Distrito de Caiçarinha da Penha, município de Serra Talhada - PE, com a colaboração de Vanete Almeida que, na época, assessorava a Fetape na região. As reuniões eram feitas nas igrejas, com 8 a 10 mulheres, inicialmente, e, posteriormente, aconteciam na Delegacia Sindical.

No começo, o programa de rádio do Polo Sindical do Sertão Central, "A Voz do Trabalhador Rural", foi importante instrumento na organização das mulheres, já que divulgava as reuniões ocorridas, convidava as mulheres para as próximas e anunciava para toda a região que as mulheres estavam se mobilizando.

No quarto ano de seca no nordeste, 1983, o Plano de Emergência, em Pernambuco, excluía as mulheres. Porém, fruto da organização das trabalhadoras rurais, e com o apoio de alguns dirigentes do Polo Sindical da região do Sertão Central, foi elaborado um documento reivindicatório, encaminhado ao Exército, órgão responsável pelas Frentes, solicitando o alistamento das mulheres para o trabalho nesses espaços.

Com essa ação, as mulheres conseguiram o direito de trabalhar nas Frentes de Emergência, em separado dos homens. O alistamento das mulheres foi um marco histórico para o Movimento Sindical na luta por melhores condições de vida. Isso porque o Plano de Emergência excluía as mulheres da possibilidade de garantir a sua sobrevivência e a de sua família nesse trabalho, por acharem que o lugar delas era em casa, tomado conta dos filhos e filhas.

O alistamento das mulheres nas Frentes de Emergência foi um marco histórico para o Movimento Sindical na luta por melhores condições de vida.





Todas essas conquistas foram frutos da luta específica das mulheres para que fossem reconhecidas como trabalhadoras rurais e não apenas como dependentes dos maridos. Hoje somos muitas, em todos os espaços.

A organização das mulheres, iniciada no Sertão Central, motivou as mulheres da Zona da Mata. Lá, no entanto, havia uma dificuldade a mais, que era a de serem assalariadas e, portanto, não disporem de muito tempo para as reuniões. Outra questão era que, nessa região, o grau de exploração que atingia a população era tão intenso que as mulheres eram mais receptivas a tratarem de direitos em geral, do que de questões específicas que lhes dissessem respeito.

Nas assembleias e reuniões, a participação das mulheres era pequena. Porém, o movimento organizativo delas caminhou por conta do apoio de algumas funcionárias dos Sindicatos e algumas delegadas de base, além de assessoras da própria Federação.

O Agreste foi a última região a organizar um trabalho específico com as mulheres, até porque elas já tinham uma participação maior nos Sindicatos, estando presentes em algumas diretorias, embora sem muita clareza de seu papel e contribuição específica. Os primei-

ros grupos de mulheres surgiram em Bom Jardim, Orobó e Surubim, em 1984.

Toda essa caminhada de luta e organização tem como frutos, hoje, a participação da mulher, de forma mais incisiva, dentro do sindicalis-

mo. Atualmente, no Movimento Sindical, as mulheres estão presentes nas diretorias dos Sindicatos, ocupando os cargos de presidentas, tesoureiras, secretarias de Política Agrícola e Agrária, entre outros, antes apenas coodenados pelos homens.



Mulheres ocupam espaços estratégicos

A trajetória das mulheres dentro do sindicalismo lhes possibilitou ter uma estrutura organizativa e representativa, que vai desde a base, com as comissões municipais de mulheres e secretaria de Coordenação de Mulheres nos Sindicatos, até a Comissão Estadual de Mulheres e Diretoria de Política para as Mulheres, no âmbito da representação estadual. Esses lugares foram se configurando em áreas estratégicas para as mulheres apresentarem suas demandas locais, de Polo Sindical, regional e estadual.

Nessa caminhada, as mulheres conquistaram a cota de 30% nas executivas dos Sindicatos, da Federação e da Confederação. Com sua participação e luta por melhores condições de vida e de trabalho, elas adquiriram o direito da titulação conjunta da terra, o salário igual ao dos homens, no caso das assalariadas, salário maternidade, entre outros.

Na organização produtiva, conseguiram garantir a criação de uma linha de crédito especialmente voltada para elas: o Pronaf Mulher. Hoje, as mulheres estão nos sindicatos, ocupando todos os cargos; nos conselhos de Desenvolvimento Rural; na representação político-partidária, como vereadoras e prefeitas; nas associações rurais e em outros tantos espaços importantes para a luta da categoria, como o Conselho dos Direitos da Mulher do Estado e a Comissão de Mulheres Rurais do Estado.

Esses espaços são fortalecidos pela luta e pela organização das mulheres, a partir dos eventos de massa como a realização do 8 de Março

Nessa caminhada, as mulheres conquistaram a cota de 30% nas executivas dos Sindicatos, da Federação e da Confederação.

e Marcha das Margaridas, que têm um caráter de formar e organizar as mulheres para que elas possam estar pautando suas demandas por melhores condições de vida e trabalho.

Todas essas conquistas foram frutos da luta específica das mulheres para que fossem reconhecidas como trabalhadoras rurais e não apenas como dependentes dos maridos. Atualmente, é expressivo o número de mulheres que participam dos conselhos, das reuniões de Polo e dos processos formativos como um todo. Hoje, somos muitas, em todos os espaços.

O que precisamos, agora, é qualificar nossa participação, o que podemos fazer exercendo o papel de diretoras e coordenadoras dentro e fora do sindicalismo, ampliando parcerias com outras instituições de mulheres que atuam no estado e que dialogam com nossas bandeiras de luta, fortalecendo a nossa autonomia econômica. Já caminhamos muito nesses 30 anos. No entanto, ainda há muito por se conquistar. Por tudo isso, sempre estaremos em MARCHA.

Sob o olhar dos/as parceiros/as



"A Fetape foi a organização que mais contribuiu para a melhoria das condições de vida da população rural, por meio da organização da produção e do acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Ela sempre foi uma referência regional e nacional de mobilização, organização e proposição de políticas públicas, tanto para os assalariados rurais, quanto para os agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária. Isso sem falar que ela contribuiu para assegurar os direitos sociais, políticos e de cidadania das mulheres e jovens."

Espedito Rufino
Diretor do Projeto Dom Helder
Camara - SDT/MDA



"A Fetape é uma entidade que não só tem história em Pernambuco, mas no Brasil. É uma instituição estratégica na luta da classe trabalhadora rural, além de sua atuação forte para que aconteça a reforma agrária. Parabéns, Fetape!"

Sergio Goiana
Secretário de Administração e
Finanças da CUT/PE

Luta da Fetape e dos Sindicatos garante políticas públicas sociais para o campo

Por Maria Aparecida de Melo

Diretora Vice-Presidente

Sônia Santos

Assessora da Vice-presidência

Desde sua origem, o Movimento Sindical Rural (MSTTR), em Pernambuco, levanta a bandeira das políticas públicas sociais, tendo como sua primeira ação a defesa da previdência social que, nos anos 60, sequer tinha previsão legal de cobertura para os/as trabalhadores/as rurais. É importante dizer que o acesso às políticas públicas sociais é condição imprescindível para atender às necessidades básicas de uma pessoa e, portanto, é constituída como direito, cabendo ao Estado assegurá-lo. A garantia desse direito é também reconhecimento de que as pessoas são cidadãs, pertencentes a uma sociedade.

Na sociedade, os pobres constituem a população mais desprovida do acesso às políticas sociais. A eles são oferecidos os serviços assistenciais de caráter, muitas vezes, emergencial, que não promovem mudanças efetivas (estruturantes) de modo a garantir qualidade de vida. O assistencialismo toma conta das práticas governamentais, “que mata de vergonha ou vicia o cidadão”, como cantava Luiz Gonzaga.

Essa prática tomou conta, também, da ação do Movimento Sindical, quando, a partir da intervenção do Estado (década de 60 - Golpe Militar), passou a atender os/as trabalhadores/as rurais sem que suas ações fossem compreendidas como práticas subversivas, isto é, não ameaçavam o Estado. O



O Movimento Sindical Rural tem a consciência da necessidade de trazer, em sua luta, um projeto de sociedade que promova o desenvolvimento rural sustentável.

Plano de Assistência ao Trabalhador Rural (Pro-rural), por exemplo, foi o marco inicial da implantação da Previdência Rural, com o caráter assistencialista.

Na sua trajetória, o Movimento Sindical Rural tem a consciência da necessidade de trazer, em sua luta, um projeto de sociedade que promova o desenvolvimento rural sustentável, justo e solidário. Isso se expressa na construção do PADRSS (Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário). Nele, as políticas sociais são enfatizadas como forma de garantir os direitos dos/as trabalhadores/as do campo.

O MSTTR entende que não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente. (Caderno Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, 1999).

No contexto histórico, um marco para reconhecimento da cidadania foi a Constituição de 88, que afirmou que as pessoas são iguais e, por isso, devem ter direitos iguais. A partir daí, os/as trabalhadores/as rurais buscaram garantir direitos iguais aos acessados pelos que atuam na cidade. Um exemplo disso foi a luta pela condição de inclusão no Regime Geral da Previdência Social, seja na condição de assalariado/a rural, seja como segurado especial, em regime de economia familiar.

O meio rural ainda precisa ser visto como espaço de vida, riqueza, cultura e, portanto, um lugar de dignidade.

Previdência, educação e saúde estão entre as pautas permanentes do MSTTR

A política de educação, que considera a identidade dos povos do campo, tem levado para a escola um ensino contextualizado. Com a aprovação das Diretrizes Operacionais de Educação do Campo, em 2002, houve um avanço na luta pela educação, pois ela reconhece que não basta termos uma escola no campo.

A construção, reivindicação e negociação de propostas das políticas da previdência social, saúde do/a trabalhador/a, educação do campo, proteção infanto-juvenil, assistência social são constantes no nosso cotidiano sindical. As ações de massa, como o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas, onde é reunida a classe trabalhadora do campo e da cidade, têm sido importantes mobilizações para mostrar a força e apresentar as propostas do MSTTR.

Porém é importante reconhecer que ainda não existe a condição de igualdade de direitos, e que o meio rural ainda precisa ser visto como espaço de vida, riqueza, cultura e, portanto, um lugar de dignidade.

É por isso que a luta do MSTTR é constante e que, nesses 50 anos, são identificadas vitórias e apontadas mais lutas, para alcançar o principal objetivo: QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO.

Vice-presidência coordena Políticas Sociais

Na reformulação do Estatuto da FE-TAPE, em 1996, a Vice-Presidência assumiu a função de coordenar os trabalhos referentes às Políticas de Assistência Social, posteriormente reconhecidas como Políticas Sociais. O objetivo é assegurar a amplitude do direito das pessoas no acesso a diversas políticas públicas: saúde, educação, habitação, segurança, transporte, entre outras, garantindo o reconhecimento das diferenças e a diversidade cultural dos povos do campo.

A Fetape, nesse sentido, assume com muita força essa luta, desenvolvendo ações propositivas, reivindicativas e de controle social. Isso se dá nas mobilizações de massa, bem como nos processos formativos dos/as dirigentes sindicais, onde sua intervenção é qualificada.

Hoje, parceiros governamentais e não governamentais reconhecem que a Fetape tem propostas de políticas sociais que garantem ao homem e à mulher do campo qualidade de vida e dignidade.



Autossustentação em debate

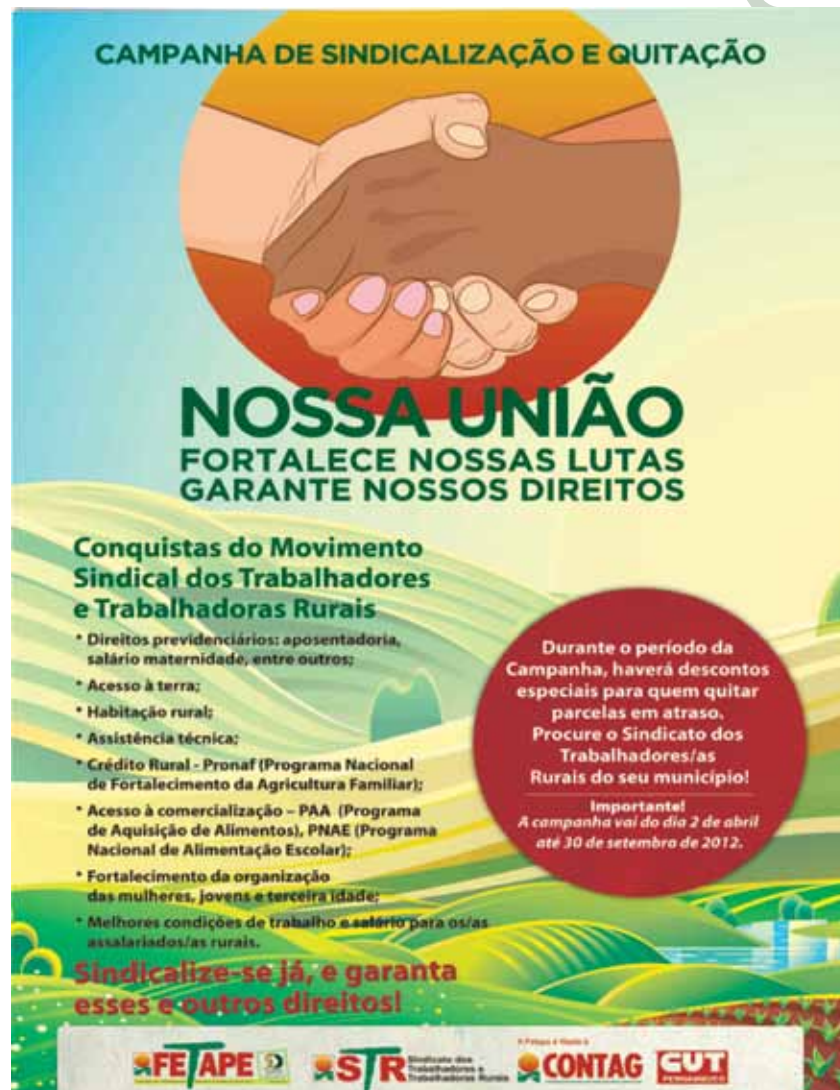
A sustentabilidade financeira do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) é um debate que vem ganhando força nos últimos anos. Nesse sentido, diferentes ações estão sendo implementadas, baseadas nas deliberações congressuais. A caminhada apontou a necessidade de se reinventarem estratégias para os diferentes tipos de arrecadação. Por isso, duas importantes campanhas estão em andamento e, permanentemente, são potencializadas iniciativas para que a Fetape e os Sindicatos ampliem o seu quadro de associados/as.

O Plano de Lutas referencia os seguintes tipos de arrecadação: Convênio de Aposentados (com maior volume de recursos), Mensalidade Social, Imposto Sindical, Fundo Solidário da Formação e o Fundo Agrário.

Desde a sua fundação, a Fetape sempre se preocupou em garantir estratégias para se manter financeiramente. Até o ano de 1967, não existia nenhuma Lei que regulamentasse a arrecadação sindical rural. Foi nessa época, porém, que se instituiu a contribuição sindical para os/as trabalhadores/as rurais.

No final da década de 60, o então presidente da Fetape, Euclides Nascimento, sentindo a necessidade de aumentar a arrecadação, criou mecanismos para impulsionar as finanças do MSTTR, focando, principalmente, na animação das bases.

A Contribuição Sindical, porém, só foi legalizada com a Lei 1166/71, que tratava dos enquadramentos. A partir daí, a arrecadação era feita juntamente com Imposto Territorial Rural (ITR), por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Já os/as trabalhadores/as em regime de economia familiar, sem empregados, pagavam a contribuição sindical como autônomos.



A caminhada apontou a necessidade de se reinventarem estratégias para os diferentes tipos de arrecadação.

A arrecadação do MSTTR se dava diretamente por meio do Incra, que enviava as guias para as prefeituras, cabendo aos Sindicatos orientar os/as trabalhadores/as para fazerem o pagamento. Nesse momento, houve um aumento no volume de recursos arrecadados.

Durante o Governo de Fernando Henrique, o proprietário com menos de 25 hectares ficou isento de pagar o ITR. O imposto passou a ser facultativo para esse segmento. Nesse sentido, cabia ao MSTTR, também, animar os/as trabalhadores/as a efetuarem essa contribuição.

Em meados de 1993, a Fetape percorreu os Polos Sindicais, juntamente com dirigentes e lideranças sindicais, para discutir as principais bandeiras de lutas do MSTTR, dentre as quais a necessidade de se oportunizar uma política previdenciária mais justa para o/a trabalhador/a rural. A partir daí, os Sindicatos foram despertados para a importância de mobilizar os/as aposentados/as e pensionistas. Essa ação influenciou diretamente a discussão da autossustentação do MSTTR, porque essas pessoas fariam a autorização para o desconto mensal da contribuição social para o Sindicato.

Nesses encontros, vários outros pontos foram discutidos, como as lutas e conquistas, os direitos previstos na Constituição de 88 e a Lei de Benefício. O resultado foi o convênio de aposentados, implementado em 1994. A partir daí, iniciou-se outra realidade financeira no MSTTR, provocando uma inversão na arrecadação, com a maior receita passando a ser a dos/as aposentados/as.

Novos momentos cobram novas estratégias

O MSTTR vem debatendo, constantemente, novas estratégias para a sua sustentabilidade. Desde 2002, intensificaram-se as campanhas de quitação social e sindicalização, com destaque para a 1ª Mostra do Sindicalismo Rural (2009).

Nessa perspectiva de autossustentação, em 2005, o MSTTR iniciou o Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais (PNFES), capacitando dirigentes nos âmbitos contábil, financeiro e político, levando, para a base, propostas para fortalecer a ação do Movimento, com sustentabilidade.

A Direção da Fetape tem pensado, ainda, em ações que fortaleçam a contribuição social, mais conhecida como boca de caixa. Além de campanhas, são realizadas capacitações com dirigentes e a potencialização da gestão político-administrativa e financeira.



Hoje, o maior desafio é conseguir fortalecer a sustentabilidade financeira atrelada a uma ação política.

A Diretoria de Finanças e Administração tem avançado, também, na gestão administrativa e financeira, aprimorando-se, valorizando os seus profissionais e reorganizando o organograma funcional. Nesse sentido, estão sendo executadas ações planejadas para a gestão 2010/2014, entre as quais, a manutenção dos centros sociais e o fortalecimento da contabilidade sindical, visando proporcionar uma melhor prestação de serviços aos Sindicatos que fazem a contabilidade com a Fetape.

Hoje, o maior desafio é conseguir fortalecer a sustentabilidade financeira atrelada a uma ação política que leve o/a trabalhador/a a se associar, a partir da identificação do Sindicato como um instrumento de luta, que possibilita direitos à categoria.

Assim, os STTRs ampliam o número de trabalhadores e trabalhadoras ativos, diversificando as fontes de arrecadação com a contribuição voluntária, e despertando essas pessoas a frequentarem o Sindicato, participarem das assembleias, conhecerem as ações do MSTTR, revertendo, assim, o volume de recursos para a mensalidade da boca de caixa.

Mas os desafios ainda são muitos. A legislação referente ao desconto dos/as aposentados/as, por exemplo, tem se tornado cada vez mais complexa, o que deixa a arrecadação sindical vulnerável. Outra questão desafiadora é a significativa quantidade de desautorizações, por causa dos empréstimos consignados que essas pessoas estão realizando.

Há, também, um esforço contínuo para que as diretorias da Federação e dos Sindicatos façam uma gestão participativa e democrática, envolvendo fortemente as bases. Isso, além de fortalecer o MSTTR internamente, contribui com a sensibilização da sociedade no reconhecimento da importância dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse processo é um grande desafio, pois gerir envolve pessoas, conhecimentos, articulações, participação, trabalho de base, planejamento, monitoramento e recursos financeiros.

Por Adelson Freitas Araújo
Diretor de Organização e Formação

Mônica Benevides
Assessora da Diretoria de Organização e Formação

Nos 50 anos de história da Fetape, a luta pela organização e formação sindical tem percorrido um longo caminho, na perspectiva de colaborar, de forma qualificada, para a transformação da ação sindical. Nesse sentido, o momento atual é de fortalecimento da política de formação, apontada pela gestão da Federação como prioridade, e norteadada pelo Projeto Político Pedagógico da Escola Nacional de Formação (Enfoc) e pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS).



Organização e formação sindical no compasso da história

Grandes ações estão sendo implementadas nessa área, a exemplo da realização do 1º Encontro Estadual de Formação (Enefor) que, objetivando avaliar a caminhada formativa, foi um momento de coletar informações para a construção do Plano Estadual de Formação, reafirmando a necessidade de se fortalecer um processo que chegue às bases. Os muitos subsídios existentes, hoje, são frutos de uma construção coletiva, tanto do

ponto de vista interno, como da colaboração de parceiros.

Nessa conjuntura, a principal estratégia são os grupos de Estudos Sindicais (GESs). Está em curso a realização da 4ª Turma do Itinerário Estadual, envolvendo 55 dirigentes, lideranças e militantes de todos os Polos Sindicais, buscando potencializar a ação formativa, a partir de uma perspectiva transformadora e de emancipação dos sujeitos.

Em paralelo ao processo formativo, o MSTTR vive a necessidade de priorizar a qualificação da organização sindical. Pernambuco tem 179 Sindicatos filiados à Fetape, que hoje vivem um momento de transformação, de reconhecimento da necessidade de se fortalecer, cada vez mais, a ação sindical.

No ano de 1967, para atender à demanda de formação das lideranças sindicais, criou-se o Departamento Educacional, que também tinha o desafio de dar visibilidade às lutas de homens e mulheres do campo.

Diante dessa situação, surge a necessidade de se reinventarem as estratégias de multiplicação dessa luta por direitos. São criados, então, os Programas de Rádio, que se tornaram um importante instrumento na organização e fortalecimento dos/as trabalhadores/as rurais.

No ano de 1987, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), dentre outras conquistas, possibilitou que a Federação criasse a equipe de Educação nos Polos Sindicais. O objetivo era o de fazer chegar às bases, de maneira descentralizada, o processo formativo. Já em 1993, no 3º Congresso da Fetape, foi institucionalizada a Diretoria de Organização e Formação Sindical, permitindo, a partir desse momento, que fosse pensada uma política de formação e que se tivesse um plano de lutas próprio para essa ação.

Desde a aprovação dessa Diretoria, seis dirigentes conduziram essa pasta: José Paulo de Assis, Maria José de Carvalho (Mariquinha), Severino Domingos de Lima (Beija Flor), Maria de Lourdes, Maria Severina de França (Silvia) e, atualmente, Adelson Freitas.

Coletivo

Ainda em 1993, foi celebrado o convênio com a Instituição Oxfam. A essa altura, o MSTTR percebeu a necessidade de analisar o processo formativo. Foram convidados, então, alguns parceiros para que, junto com a diretoria, assessoria e funcionários, pudessem construir a concepção de uma estratégia formativa, fazendo com que essa ação chegasse às bases. Surge, assim, o Coletivo de Formação, que passou a ser o principal vetor de multiplicação da ação formativa.

Foi um período de grande fortalecimento da estratégia formativa em Pernambuco, pois foram realizados diversos encontros, abordando diferentes temas. Duzentos dirigentes foram beneficiários dessas atividades e algumas lideranças despontaram a partir da vivência desse processo, dentre essas, Doriel Barros e Adelson Freitas, atuais diretores da Federação.

Contribuíram com os artigos desta Diretoria | Doriel Barros, Severino Francisco da Luz Filho (Biu da Luz) e Domingos Corcione



Sob o olhar dos/as parceiros/as



“A Fetape é exemplo de luta, história, conquistas. Ela sempre fez a crítica construtiva, ajudando a revolucionar a vida do homem e da mulher do campo pernambucano. A Fetape tem sido um grande laboratório de políticas para o desenvolvimento rural do Brasil. É um lugar onde se revelam lideranças expressivas para o Movimento Sindical e para a política brasileira.”

José Coimbra Patriota Filho
Ex-secretário Executivo de Tecnologia Rural e Programas Especiais



“A FETAPE tem dado uma contribuição direta nos espaços de discussão e formulação de políticas públicas para o semiárido e nas ações que temos realizado no estado. Isso acontece, principalmente, por meio da participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais nas Comissões Municipais da ASA. Nesses espaços, eles discutem como se dá o processo de mobilização, capacitação e implementação das ações da ASA, até todo o processo de organização das comunidades.”

Neilda Pereira
Diocese de Pesqueira e Coordenadora Executiva da ASA Pernambuco



A palavra-chave é: organização

Apoiar os Sindicatos em sua organização interna é um papel que a Fetape desenvolve desde a sua fundação. No entanto, é da governabilidade de cada Sindicato a decisão sobre as ações que vão ser desenvolvidas nessa caminhada. O que se percebe é que, progressivamente, os STTRs têm reconhecido a importância de cuidar da gestão sindical.

A Fetape conta com um Setor Sindical que os STTRs e parceiros têm como uma referência. A equipe, num trabalho conjunto com o Setor Jurídico, vem subsidiando os Polos e Sindicatos nos processos de organização interna. Desde 2010, com a nova gestão, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) de Organicidade Sindical (Adelson Freitas; Antonio Pascoal; Mônica Benevides; Severino da Luz - Biú da Luz; Silvana Matos e Valquíria Oliveira), responsável por dar uma atenção diferenciada a todos os procedimentos nessa área.

A Constituição Federal de 1988 determinou que é responsabilidade do MSTTR cuidar da própria es-

trutura. Antes, essa função era do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Com a nova conjuntura, os Sindicatos deveriam atuar de forma articulada, respeitando os princípios e cumprindo as obrigações comuns deliberadas pelas instâncias, aprovadas pelo Congresso. Diante dessa necessidade, criou-se um modelo de Estatuto Padrão.

Além de regulamentar como se dá todo o processo eleitoral, o Estatuto estabelece a criação das comissões eleitorais, passando para essas a responsabilidade na condução das eleições sindicais, resultando em uma maior transparência nesses momentos.

Entretanto, esse acompanhamento ainda é um desafio. É preciso, cada vez mais, qualificar os sindicatos para esse momento. A Fetape reconhece essa necessidade e vem discutindo a possibilidade da elaboração de um manual para eleições. Além disso, vem capacitando e compartilhando os trâmites das eleições sindicais junto às assessorias dos Polos, almejando uma

maior democratização desse processo.

Na organização sindical, alguns desafios estão sendo tratados como meta para a atual gestão. Já está sendo orientada junto aos Polos e Sindicatos, por exemplo, a adoção do processo de Recadastramento Sindical, que deve ser assumido por toda a direção do STTR. Outro importante instrumento foi a construção de um novo Livro de Registro Sindical, dispondo, de forma mais ordenada, o registro dos/as associados/as.

Na organização sindical, alguns desafios estão sendo tratados como meta para a atual gestão.

Grande parte das lideranças sindicais tem expressado preocupação sobre esses problemas e provocado discussões abertas e democráticas, que buscam caminhos e soluções para formar e renovar as direções e fortalecer o MSTTR. A Fetape também vem se preocupando com uma permanente atualização dos Registros dos Sindicatos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Para isso, vem assegurando uma articulação com a Superintendência Regional do Trabalho no estado, com o acompanhamento da Contag.

Sindicato regularizado é o princípio básico para ações como a homologação de convenções e acordos

coletivos de trabalho, viabilização da expedição de Declaração de Aptidão (DAPs) e o fornecimento de Declaração da Atividade Rural para efeitos previdenciários.

A trajetória de organização dos Sindicatos revela que a superação dos desafios necessários para a organicidade sindical se dará com a adoção de um conjunto de princípios que são imprescindíveis para a representatividade e a legitimidade das entidades. São necessárias também diretrizes comuns, que promovam a integração da política com a ação sindical, constituindo-se como elemento essencial para efetivar a organicidade do MSTTR.

Redemocratização exige um novo olhar para a Formação

A conjuntura política de muita efervescência, com o processo de redemocratização do país, exigiu uma maior participação dos atores políticos, entre eles, os dirigentes do Movimento Sindical Rural. No ambiente interno da Fetape, era percebida a vontade política de investir na formação, encabeçada, na ocasião, pelo então presidente da Fetape, Manoel Santos, que acreditou na importância de um processo formativo construído por diversos olhares.

A partir dessa concepção, alguns parceiros foram convidados a apoiar essa construção, entre eles, a Escola Quilombo dos Palmares (Equip), por meio de colaboradores como Socorro Silva e Domingos Corcione, e a Escola de Formação da CUT.

Posterior a esse período, entre os anos 2001 e 2005, a estratégia formativa ficou adormecida, já que os Coletivos foram suspensos. Ainda no ano de 2005, no entanto, a Contag compreende a necessidade de criar uma Política de Formação e começa a sondar a maneira como as Federações conduziam seus processos nessa área. É realizado, a partir daí, o 1º Encontro Nacional de Formação (Enafor), que é referenciado no 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR). Na ocasião, também é aprovada a criação da Enfoc e do Fundo Solidário da Formação.

Pernambuco participou ativamente dessa construção e todos os Sindicatos e a Fetape passaram a destinar 1% da arrecadação para a Formação.

Hoje, a Fetape conta com uma equipe pedagógica que, em conjunto com a diretoria, é responsável por pensar, planejar e propor todos os processos formativos do MSTTR em Pernambuco. Há 24 educadores/as formados/as pelos cursos nacionais e regionais da Enfoc, entre assessores e dirigentes, compondo a Rede Estadual de Educadores; além de 150 multiplicadores e multiplicadoras, frutos do Itinerário Estadual, e responsáveis por materializar e fazer com que a formação fortaleça a ação sindical do MSTTR e se coloque a serviço da base, nos municípios e Polos Sindicais.

Sob o olhar dos/as parceiros/as



“Parabenizo a FETAPE pelos 50 anos de história. Reconheço a importante contribuição da entidade na conquista de políticas em apoio às populações do campo e o desenvolvimento rural sustentável, sempre mantendo a necessária unidade que deve caracterizar uma organização sindical, numa visão e ação intransigente em defesa dos interesses da classe trabalhadora.”

Adhemar Lopes de Almeida
Secretário de Reordenamento Agrário do MDA



“A importância da nossa relação com a Fetape se dá no fortalecimento das lutas e bandeiras comuns na defesa e garantia de Direitos Humanos e Sociais de homens e mulheres do campo, que vivem em situação de vulnerabilidade social. O acesso dessas pessoas, grupos e populações a melhores condições de vida se dá a partir da implementação de Políticas Públicas de garantia à terra (reforma agrária), ao direito à alimentação (segurança alimentar e nutricional) e ao trabalho (geração de renda e comercialização). A parceria Cáritas Brasileira e FETAPE mostra que a redução de danos sociais (desemprego, violência, pobreza etc.) poderia acontecer de maneira mais rápida e eficaz se o Estado Brasileiro pudesse ser mais presente e operante em fazer as reformas sociais exigidas desde os anos 60/70, como resposta ao clamor de justiça social, vindo dos camponeses.”

Pe. Jandelson Rodrigues de Alencar
Secretário da Cáritas Brasileira Regional NE 2

Jovens são presença forte na história do MSTTR

Por **Adriana do Nascimento Silva**

Diretora de Política para a Juventude

Kátia Patriota

Assessora da Diretoria de Política para a Juventude

Na construção da história dos 50 anos da Fetape, a juventude sempre esteve presente, sendo, inclusive, protagonista dessa caminhada. As principais lideranças, no início do Movimento Sindical Rural, eram jovens que lutavam por justiça. Durante as décadas de 50 e 60, as mobilizações para a organização dos/as trabalhadores/as do campo, por meio da fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), ganhavam força. Nesse período, vários jovens foram construtores dos pilares dessa luta, a exemplo do saudoso Euclides Nascimento que, ainda muito jovem, já sentia a sede de justiça gritando em seu peito. Algo que, mais tarde, iria ecoar na vida de outros homens e mulheres do campo.

No entanto, com os vários desafios de um período sangrento para o campo, não só em Pernambuco, mas no Brasil, essas pessoas não se fizeram percebidas como jovens, mesmo porque a infância e adolescência eram confundidas com a vida adulta, que era árdua e de muito trabalho para ajudar no sustento de suas famílias.

Com o passar dos anos e com a organização dos Sindicatos, foi criado, na década de 70, no Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (MSTTR), o Programa para Bolsistas, atendendo 4.400 jovens, onde foi possível animar e aproximar esse segmento da população rural dos STTRs. A partir daí, alguns começaram a se envolver com mais entusiasmo



com o Movimento, ajudando nas tarefas diárias, a exemplo da apresentação dos Programas de Rádio dos Sindicatos, e até substituindo alguns/algumas funcionários/as, quando esses estavam de licença. Esse período foi, de certo modo, um incentivo à organização juvenil rural que, mais tarde, tomaria corpo.

Nos anos 90, vários grupos de jovens rurais já atuavam no estado, principalmente no Sertão, onde, em 1996 e 1997, Sindicatos Rurais do Pajeú, como os de São José do Egito e de Afogados da Ingazeira, retomavam o trabalho com a juventude rural, realizando intercâmbios com os demais municípios, uma iniciativa que se repetia nas outras regiões sertanejas.

Vários jovens foram construtores dos pilares dessa luta, a exemplo do saudoso Euclides Nascimento



No ano de 1999, Pernambuco participou do 1º Encontro Nacional da Juventude Rural, o que fez com que esses/as jovens trouxessem para o estado mais energia e motivação, garantindo, assim, o fortalecimento das Comissões já existentes. Nos anos seguintes, os/as jovens continuaram atuantes no cenário nacional, participando, inclusive, no ano 2000, do 2º Encontro Nacional, quando foi possível direcionar o olhar da juventude para o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Nesse evento, cinco jovens de Pernambuco se fizeram presentes.

Nesse mesmo ano, foi realizado o 1º Encontro Estadual da Juventude Rural, na cidade de Carpina, um grande marco, onde foi possível discutir estratégias para a luta pela garantia de direitos para esse público.

Com o avançar da organização de todo o MSTTR, em 2001, foi deliberado, no 8º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a criação das Coordenações e Co-

missões de Jovens nas instâncias do Movimento Sindical. Em Pernambuco, várias Comissões já funcionavam, tanto que, no 6º Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, em 2002, vendo a necessidade de um olhar mais estratégico para o fortalecimento dessa luta, foi criada a Coordenação Estadual da Juventude da Fetape, sendo a jovem Lucenir dos Santos Silva, do STTR de Triunfo, quem ficou à frente dessa pasta.

Uma reafirmação do compromisso com a juventude rural

A institucionalização da Coordenação de Juventude pela Fetape e a constituição da Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores Rurais (Cejour) possibilitaram um avanço na luta por direitos para esse público. Nesse cenário, foi realizado, em 2005, o primeiro Festival Estadual da Juventude Rural, reunindo jovens de todos os Polos Sindicais, refletindo e propondo ações e animando a participação da juventude

nos Sindicatos. Isso projetou os/as jovens na Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag.

Também no ano de 2005, foram deliberados, no 9º Congresso da Contag, os 20% da participação da juventude nas instâncias do MSTTR. A partir daí, muitos foram os avanços ao longo dessa história. Vários/as jovens contribuíram e estiveram engajados/as nas principais conquistas para os/as trabalhadores/as rurais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), ambos com linhas específicas para a juventude rural (Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra), além do Projovem Campo e dos benefícios previdenciários, entre vários outros.

Vale pontuar, ainda, que, dentro da estrutura do Movimento Sindical, foi criado o Programa Jovem Saber, onde Pernambuco se destacou por ser o estado que mais inscreveu participantes para serem capacitados/as, por meio de publicações práticas e explicativas.

**Sob o olhar dos/as
parceiros/as**



“Não há dúvidas de que o Movimento Sindical Rural teve e tem um papel fundamental para a construção de um mundo rural com conquistas para trabalhadores e trabalhadoras e agricultores e agricultoras familiares. Nesse contexto, o MSTTR em Pernambuco, representado pela FETAPE, tem um especial destaque ao evidenciar para a sociedade e para os governos a importância de construir políticas que assegurem a efetivação dos direitos à terra, à água, à biodiversidade, aos recursos naturais, e à participação do campesinato, na divisão das riquezas do estado e do Brasil. Os desafios de ter uma organização de 50 anos, com a pauta que tem a Fetape, requer também atualizar sua luta e, um bom caminho para esse processo pode ser a defesa da agroecologia como estratégia para o desenvolvimento do campo em bases sustentáveis.”

Alexandre Henrique Bezerra Pires
Coordenador Geral do Centro de
Desenvolvimento Agroecológico Sabiá



“A importância da nossa parceria com a Fetape é enorme, porque são 50 anos de luta. Nós, que fazemos parte do Ministério do Trabalho, não entendemos um movimento sindical sem a presença da FETAPE, sobretudo, neste país, onde o mais explorado sempre foi o trabalhador rural. E o papel da FETAPE, quase que diariamente no Ministério do Trabalho, reivindicando fiscalizações, realizando negociações coletivas com os empregadores, tem possibilitado avanços para melhorar a situação do homem do campo.”

André Negromonte
Superintendente Regional do Trabalho e
Emprego em Pernambuco

**Os/as jovens
ocupam,
hoje, funções
estratégicas
para o
desenvolvimento
dos municípios,
do estado e do
país.**

Em 2006, deu-se um grande salto de qualidade na estrutura sindical para a juventude rural. Esse foi o ano onde se conseguiu garantir, em instância congressual (7º CETTR), a criação da Diretoria de Política para Juventude, e Cícera Nunes, do Município de Serra Talhada, assumiu a pasta. Nesse mesmo ano, ocorreu o 2º Festival da Juventude Rural.

A realização dos Festivais da Juventude Rural possibilitou, para história dos 50 anos da Fetape e do MSTTR como um todo, a troca de saberes, a valorização da cultura juvenil rural, uma maior inserção dos/as jovens nos Sindicatos e nos espaços políticos, qualificando a participação e o debate, bem como a organização desse público, que hoje ocupa funções estratégicas para desenvolvimento dos municípios, do estado e do país.

A realização dos festivais é uma estratégia acertada do MSTTR, que Pernambuco abraçou, transformando-os, também, em um palco de reivindicações por políticas públicas para esse segmento populacional que reside no campo. No estado, já foram realizados quatro festivais.

Nos dias atuais, a Diretoria de Política para a Juventude da Fetape continua a realizar ações que fomentam a participação desse público nos espaços de transformação social, seja no Movimento Sindical, em sua comunidade, ou nos espaços políticos, levando para esses a pauta da juventude do campo.

Os Encontros Municipais e Regionais, por exemplo, são um estímulo constante para que os/as jovens possam estar se inserido nos Conselhos Municipais de Juventude, criando Comissões Municipais de Jovens, bem como as Comissões em seus Polos Sindicais. Mais que isso, a juventude é mobilizada e levada a conhecer e valorizar, cada vez mais, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, identificando a importância da sindicalização para a continuidade das lutas e das conquistas.

Em âmbito estadual, a Federação tem assento titular no Conselho Estadual de Políticas Públicas para a Juventude, por meio de sua Diretoria, que também compõe a coordenação do Fórum de Juventude de Pernambuco (Fojupe), sendo, esses, espaços onde se pode dialogar com o governo e a sociedade sobre as especificidades da juventude, com suas dificuldades e potencialidades.

É importante lembrar que a história dos 50 anos da Fetape passou por mãos jovens, fossem à frente das direções dos STTRs ou, simplesmente, como associados/as. Essas pessoas mostraram muita competência e trouxeram para os trabalhadores e trabalhadoras rurais melhores perspectivas de vida no campo.

**Por José
Rodrigues da
Silva**
Coordenador da
Terceira Idade
**Lúcia Maria de
Lira e Silva**
Assessora da
Coordenação da
Terceira Idade



O forte papel do idoso e da idosa na construção desses 50 anos do MSTTR

A Fetape, nesses 50 anos de existência, vivenciou uma série de etapas, na perspectiva de avançar no fortalecimento de suas bandeiras de luta, honrando as atribuições e objetivos para os quais foi criada. Nesse sentido, coordenou a luta pela defesa dos direitos dos/as assalariados/as, pela reforma agrária, por políticas específicas de crédito e comercialização, por previdência social e por uma política de saúde digna de responder às necessidades e merecimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Para que o Movimento Sindical e a Fetape conseguissem alguns dos avanços hoje identificados, algumas mudanças internas ocorreram, tais como a inclusão de novas

temáticas, como gênero e geração. Isso possibilitou a participação política das mulheres, que muito têm contribuído para o fortalecimento do Movimento, seguida da participação da juventude e, por último, a valorização das pessoas da terceira idade e idosas.

A política de valorização da terceira idade e da pessoa idosa, que o MSTTR vem desenvolvendo, retrata o cumprimento de um dos objetivos para o qual foi criado: o Sindicato como ferramenta de luta na defesa dos direitos trabalhistas, previdenciários e outros, e no combate a todo e qualquer tipo de discriminação à mulher e ao homem que, com seu trabalho, faz do campo seu local de viver.

**Para que
o MSTTR
e a Fetape
conseguissem
alguns dos
avanços hoje
identificados,
algumas
mudanças
internas
ocorreram.**

A atenção que o MSTTR tem dado às pessoas depois que elas já conquistaram aposentadoria é, sem sombra de dúvidas, o mínimo do que elas merecem, pois elas fazem parte da geração que implantou o sindicalismo no meio rural e no Brasil.

Lutas

No período entre 1962 e 1972, a Fetape investiu na criação de Sindicatos nas três regiões do estado, em cumprimento ao Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4.214, e ao Estatuto da Terra, Lei 4.504.

Durante todo o período do Golpe, a Fetape teve que mudar sua estratégia de ação, para conseguir se manter na defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as. Dessa forma, agia em segredo na formação política dos seus membros e na defesa da alfabetização da população rural.

A partir de 1979, com a anistia, a Federação retoma sua luta mais aguerrida, coordenando a segunda maior greve do Brasil: a greve dos/as canavieiros/as. Essa mobilização reuniu 250 mil trabalhadores/as, mesmo com o país sob o regime da Ditadura Militar.

No mesmo período, a Fetape se deparou com outro grande desafio: a defesa dos/as trabalhadores/as cujas vidas foram atingidas pela construção de grandes barragens, como as de Itaparica, no submédio São Francisco; Algodões, em Ouricuri; e Serinha, em Serra Talhada. A pauta era terra por terra, crédito e assistência técnica. Desejava-se encontrar uma forma para que as famílias de agricultores/as não deixassem o campo.

Já em 1988, por ocasião da Assembleia Constituinte, a Federação, em parceria com outros movimentos, fez articulações e mobilizou caravanas para garantir alguns direitos no texto constitucional. Entre esses, estavam: a inclusão dos rurais no regime geral da previdência; salário maternidade para a seguradora especial; redução de cinco anos na idade para aposentadoria do rural em relação ao urbano, ou seja, 55 anos para mulher e 60 anos para os homens rurais; além de garantia do valor de um salário mínimo para os benefícios. Uma grande vitória, que não se pode deixar de registrar, foi a conquista do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que, a cada ano, vem possibilitando maior condição para que os/as agricultores e agricultoras possam produzir.



Terceira Idade e dignidade

Agricultores e agricultoras familiares ou assalariados e assalariadas que mantêm a condição de posseiros e posseiras, ao se aposentarem, continuam em suas atividades por muito tempo, na maioria das vezes, usando o dinheiro de sua aposentadoria para continuar produzindo lavouras e criando animais, como sempre.

O MSTTR cumpre sua atribuição quando afirma que a maior parte das pessoas aposentadas deve continuar participando ativamente do Movimento, usufruindo de todos seus direitos de associados e associadas. É muito justo que a luta do MSTTR por políticas públicas nas diversas áreas (reforma agrária, política agrícola, produção, crédito, comercialização, saúde, educação, lazer e segurança) tenham abrangência e foco para responder às perspectivas de geração e gênero.

A Contag tem feito um trabalho exitoso, pautando os direitos es-

pecíficos das pessoas da terceira idade e idosas, que compõem a categoria, tanto em nível de proposições, quanto na perspectiva do cumprimento do que está no Estatuto do Idoso, bem como estimulando Federações e Sindicatos a fazerem sua parte.

A Fetape tem executado ações, que são consideradas pela Direção e Conselho Deliberativo como estratégicas (seminários, plenárias, encontros, reuniões e momentos festivos), para efetivar a implantação da política de valorização da terceira idade e dos/as idosos/as. Os resultados ainda estão longe de ser tudo o que o segmento merece, porém todos os Sindicatos já foram convocados a participar de encontros em nível de Polos. As ações formativas realizadas até o momento envolveram 70 STTRs e 250 lideranças. Dos Sindicatos que participaram, 25 já realizam atividades específicas com esses públicos.



Homenagem a um grande homem, um grande líder

Despedida de Euclides da Fetape

Foi na década de 60 que eu fiz a opção para desbravar um mato foi com Deus no coração combatendo o latifúndio do litoral ao sertão.

O sindicato orgânico não pode ser fracassado ele no trabalhador deve estar enraizado "agoem" as raízes da árvore para ter bom resultado.

O sindicato orgânico ele é livre e independente não se atrela a partido a governo ou presidente porém suas lideranças devem ser bem competentes.

Adeus às minhas colegas aos meus colegas também a toda a diretoria a quem tanto quero bem vou saindo da fetape sem me intrigar com ninguém.

Vou saindo da fetape me despeço de vocês lutem com toda a eficácia com toda sua altivez desejando que a unidade chegue até aos camponeses.

Diretores e diretoras minha hora vai chegar vou levando saudades dos que aqui vão ficar já cumpri minha missão me deixem um pouco descansar.

Vou embora minha gente a minha hora já chegou vou levando lembrança de tudo que se passou já cumpri minha missão do jeito que Deus mandou.

Foi para cumprir uma missão que o santo Deus me chamou pra defender o oprimido das garras do opressor me devolvam para zéza para os braços do meu amor.

Recife, 01 de julho de 2011

Euclides Nascimento

Meses antes de sua morte, Euclides Nascimento, o nosso Chiquinho, se despediu de suas atividades junto ao Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Os motivos, ele explicou em sua poesia. Não poderíamos deixar de mostrar esse texto, que expressa a sabedoria desse homem tão importante para a história do MSTTR.



Adeus, companheiro Euclides

Num reconhecimento
à contribuição de
Euclides Nascimento
para que homens
e mulheres do
campo vivam com
dignidade, Amaro
Biá, do Sindicato
dos Trabalhadores e
Trabalhadoras Rurais
de Barreiros, também
fala, em forma de
poesia, da morte do
grande companheiro.

Pernambuco está de luto
Como quem perde um troféu
Porque nosso companheiro Euclides
Da vida rompeu o véu
Sua missão se encerra
De fazer sindicalismo na terra
Para ir fazer no céu.

Com 79 anos
De alegria e tristeza
Defendendo o trabalhador
Com muita delicadeza
Por circunstâncias afastado
Seu nome ficou gravado
Nas fases da natureza.

Os problemas foram tantos
Que não sabe a quantidade
Defendendo agricultor
Amou a sua entidade
Dela nunca se afastou
Nela seu nome ficou
Pra toda a eternidade.

Era um grande companheiro
Amava a agricultura
Pra defender o trabalhador
Enfrentou a ditadura
Como sindicalista
Sempre foi um grande artista
Honrou a nossa cultura.

Nazaré foi seu berço
Torrão por ele estimado
Quando via aquele povo
Ficava mais inspirado
Defendendo o seu tema
Enfrentou vários problemas
Que o nordeste está lembrado.

Sua história foi gravada
Por aquela bela menina
Mostrou sua luta pura
Como água cristalina
Era um simples agricultor
Provando que o lutador
Tem a inspiração divina.

Tornou-se bom sindicalista
Pelos demais respeitado
Às vezes contava entoada
Em ritmo bem afinado
Antes da sua partida
Defendeu gente sofrida
Deste pernambuco amado.

Assim viveu o companheiro
Sendo abraçado e querido
Bem diferente de outros
Mas por todos aplaudido
Desse amigo gentil
Seu nome em nosso Brasil
Nunca será esquecido.

No congresso da contag
Sua posição mostrou
Fez um grande sucesso
Todo o nordeste aprovou
Do povo nunca esqueceu
A todos agradeceu
Seu nome se consagrou.

No ano de 2011
Aos setenta e nove de idade
Deus mandou "Ihe convidar"
Para sua eternidade
A morte veio ligeiro
Levou nosso companheiro
Deixando só a saudade.

26 de dezembro de 2011

Amaro Biá



HINO DA FETAPE

Da resistência de um povo
Nasce uma esperança
Do pó da palha da cana
Um grito de liberdade.

E este grito ecoou
Pelo Agreste e Sertão
Despertando os lavradores
Do sono da opressão.

E as mãos que plantavam sozinhas
De repente se dão
Num cultivo consciente
Regado pela união.

Assim nascem os Sindicatos
E a nossa Federação
Na colheita dos direitos
Empunho a bandeira na mão.

FETAPE, tuas cores são lindas demais
Elas representam nossos ideais
Na força da luta o vermelho se faz
O verde é o campo e o branco é a paz.

Pra que a reforma agrária aconteça e
Resolva os conflitos no campo
A FETAPE tá lá.

Com o assalariado, a mulher e o jovem
E também o idoso
A FETAPE tá lá

Na educação no campo
e na agricultura familiar
A FETAPE tá lá.

Autor: Elias Dionízio



A Fetape é filiada à:

